

Revista enfRentamento

Ano 03, nº 04, Jan./Jun. de 2008

ISSN 1983-1684



Índice

P
Á
G
I
N
A

03	Enfrentamento e Crítica Revolucionária	<i>Revista Enfrentamento</i>
05	O Comunismo de Conselhos	<i>Lucas Maia</i>
17	Capitalismo e Teoria dos Gestores	<i>Edmilson Marques</i>
24	A Concepção Neoleninista de Socialismo em István Mészáros	<i>Marcos Lopes</i>
29	O Marxismo de Rosa Luxemburgo	<i>Nildo Viana</i>
32	A Ideologia Marxista na Rússia	<i>Karl Korsch</i>

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. A revista não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados, que são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os interessados em enviar colaborações devem fazê-lo via e-mail e seguindo as normas de publicação da revista. O e-mail para envio é: revistaenfrentamento@yahoo.com.br e as normas são: texto digitados em Word for Windows, com no máximo 10 páginas, espaço 1,5, margens padrão do Word, fonte Time New Roman, 12. A revista se reserva o direito de publicar os artigos de acordo com seus critérios políticos e de qualidade. Qualquer caso omissos será resolvido por seu conselho editorial.

Conselho Editorial:
Lucas Maia dos Santos
Nildo Viana
Verlúcia Pinheiro

Revista Enfrentamento, ano 03 nº 04 Jan/Jun. de 2008.

<http://revistaenfrentamento.ubbihp.com.br>
enfrentamento@yahoo.com.br



O *Movimento Autogestionário* trás mais um Enfrentamento. Trata-se de um conjunto de textos que visa apresentar uma leitura crítica das ideologias existentes. Enfrentar tem para nós este sentido, não deixar pedra sobre pedra das várias ideologias espalhadas pelos interstícios da sociedade burguesa. Tanto as ideologias ditas de esquerda, quanto as claramente conservadoras.

Este Enfrentamento é uma provocação. A crítica aqui não tem um sentido de mera competição de “sistemas filosóficos” diferentes. Muito ao contrário, visa expor com a maior clareza possível a perspectiva do proletariado. Para que esta se afirme no plano da produção intelectual é necessário, entre outras coisas, desmontar os edifícios ideológicos que se apresentam como barreiras a uma leitura correta da realidade. Assim, à mera crítica, os textos aqui presentes, fazem, tal como sugere Karl Korsch, uma *crítica revolucionária*.

A crítica revolucionária é aquela que visa apresentar as contradições das ideologias (de esquerda, de direita, de centro e todas as demais), criticar veemente a realidade concreta, ilustrar da maneira mais clara e acessível a realidade existente e as tendências de que é prenhe. Em uma palavra, a crítica revolucionária visa realizar uma “crítica desapiedada do existente”, tal como já propunha Marx, objetiva desmontar todas as ideologias que ofuscam e obscurecem a realidade e neste processo, ao identificar o movimento da realidade, aponta as tendências que se colocam a realidade concreta.

O primeiro artigo, de Lucas Maia, intitulado “*O Comunismo de Conselhos*” apresenta uma abordagem que visa explicitar as determinações sociais que levaram à constituição do comunismo de conselhos. Após compreender as bases sociais que permitiram sua ascensão,

apresenta as teses fundamentais que lhe dão sustentação.

O texto seguinte, de Edmilson Marques: “*Capitalismo e Teoria dos Gestores*” faz uma leitura crítica da concepção de João Bernardo acerca da sua concepção do desenvolvimento da classe gestorial na sociedade capitalista. Aponta os limites desta interpretação, defendendo a tese de que é mais uma ideologia que justifica a dominação de classe da burguesia.

Marcos Lopes apresenta em “*A concepção Neoleninista de Socialismo em István Mészáros*” uma abordagem pouco usual a respeito da obra de Mészáros, demonstrando que este, embora faça algumas alterações “terminológicas” em seus textos, é no final das contas um autêntico leninista, ou como denomina, “neoleninista”.

Nildo Viana demonstra em “*O Marxismo de Rosa Luxemburgo*” uma perspicácia acerca da importância do pensamento desta autora, na medida em que se apresenta como uma crítica severa do reformismo social-democrata, do golpismo bolchevique e do burocratismo de ambas as concepções. Nildo Viana não é entretanto acrítico com relação às limitações do pensamento de Rosa Luxemburgo. Onde esta não avançou, Viana foi enfático em destacar suas limitações e contradições...

Por último, apresentamos um texto de Karl Korsch: “*A Ideologia Marxista na Rússia*”, no qual o autor demonstra as raízes históricas do burocratismo e conservadorismo inerentes ao bolchevismo. A ideologia marxista corresponde justamente ao momento no qual o pensamento dos autores pseudo-“marxistas” russos deixou de ser marxista.

Esperamos que este Enfrentamento sirva como mais um instrumento de luta para todos aqueles que queiram contribuir

com o processo de emancipação das classes exploradas, portanto, com a luta pela liberdade humana verdadeira.

O Comunismo DE CONSELHOS

Lucas Maia

maiaslucas@yahoo.com.br

Este texto visa apresentar os aspectos fundamentais do que ficou conhecido como Comunismo de Conselhos. Tal corrente foi bastante marginalizada ao longo da história do século 20. Isto não é nenhuma novidade. A história dominante sempre foi a história da classe dominante. Aqueles que vencem as batalhas históricas contam-nas à sua maneira, destacando os acontecimentos, indivíduos, idéias que lhes são mais adequados. Na maioria das vezes, estes acontecimentos nem são os mais importantes ou quando o são, são distorcidos; os indivíduos são personificados; as idéias são deturpadas ou mesmo esquecidas.

O Comunismo de Conselhos é uma expressão clara deste processo. Seus principais autores: Pannekoek, Korsch, Rühle, Gorter, Canne-Mejer, Mattick etc. são ilustres desconhecidos. Mesmo produzindo obras fundamentais, idéias seminais não passam de alguns nomes (exóticos) estampados na lista de autores marxistas. Por que se deu desta maneira? O que é o Comunismo de Conselhos? Como se formou? Quais suas principais teses ou idéias fundamentais?

Responder estes questionamentos é o desafio que temos à frente.

A origem do Comunismo de Conselhos

A história do comunismo de conselhos é a própria história do movimento operário. Trata-se de uma vinculação orgânica entre luta revolucionária do proletariado e produção teórica revolucionária expressando os interesses do proletariado. O que quero dizer com isto é que a produção das idéias não é desvinculada da prática social dos indivíduos que as produzem (Marx & Engels, 2002a). Assim, o desenvolvimento das idéias é um processo complexo

efetivado pelos indivíduos na apreensão, compreensão e explicação da vida concreta.

Numa sociedade fracionada em classes sociais, tal como a que vivemos, a produção de explicações sobre a realidade varia de indivíduo para indivíduo, de grupo social para grupo social, e principalmente, de classe social para classe social. Conscientemente ou não, as teorias, ideologias¹ sobre o mundo são a perspectiva de uma ou outra classe social. Na sociedade capitalista temos três classes de grande expressão social e também no que se refere à produção de idéias: a burguesia e o proletariado, que são as classes fundamentais do capitalismo, e a burocracia, que é uma classe auxiliar da burguesia². De maneira esquemática, podemos dizer que um indivíduo ou grupo de indivíduos produz suas teorias ou ideologias sobre o mundo tendo como referência ou perspectiva uma ou outra destas classes sociais.

A burguesia e a burocracia, e demais classes que se aliam a elas (intelectualidade, por exemplo), visam manter o mundo como ele é, manter as relações sociais de produção e reprodução da vida como elas são. Pelo contrário, o proletariado e todas as classes que podem se aglutinar a ele (campesinato,

¹ Teorias são formas complexas de consciência que expressam e explicam corretamente a realidade. Ideologias, pelo contrário, são formas de consciência que deformam, escondem determinados elementos da realidade, enfim, são uma falsa consciência sistematizada. A teologia, o direito, a ciência, a filosofia etc. são exemplos de ideologia. O marxismo autêntico é exemplo claro de uma teoria. Para uma discussão mais aprofundada sobre isto Cf. (Marx e Engels, 2002) e (Viana, 2008b).

² Há várias outras, como os proprietários fundiários, a intelectualidade, o campesinato, lumpemproletariado etc., mas estas não têm as condições concretas de ascenderem como classe dominante (proprietários fundiários, intelectualidade etc.), nem de abolirem o modo de produção capitalista (campesinato, lumpemproletariado etc.).

lumpemproletariado e demais classes oprimidas) tem o interesse em expor a verdade sobre suas condições de vida. Assim, para se chegar a uma compreensão verdadeira da realidade, deve-se partir da perspectiva do proletariado, ou seja, deve-se expressar os interesses desta classe. Acreditamos ser o marxismo e o comunismo de conselhos (uma continuação e aprofundamento do marxismo original de Marx e Engels) uma das teorias que melhor expressa os interesses de classe do proletariado.

O comunismo de conselhos é, portanto, um aprofundamento do marxismo, ou melhor, é a atualização do marxismo às condições da luta operária do início do século 20. Marx e Engels desenvolveram suas teses em meados do século 19 e expressaram de maneira aprofundada a lógica da luta de classes do período. Quando desenvolveram suas teses, existia dentro dos círculos revolucionários um conjunto de grupos e tendências que criticavam a sociedade capitalista e se afirmavam como socialistas, mas não viam no movimento operário algo importante para a constituição da sociedade futura..

Marx elaborou durante toda a sua vida um trabalho de crítica severa às concepções que não viam no movimento operário a tendência de destruição da sociedade capitalista e afirmação da futura sociedade, a sociedade autogerida³. O produto desta crítica foi a constituição do materialismo histórico-dialético, ou seja, uma teoria e um método de análise da sociedade. Fique bem claro que a perspectiva da qual Marx partiu para elaborar sua teoria e seu método foi a do proletariado.

Mas Marx viveu num período de grandes lutas operárias. A revolução de 1848 e a Comuna de Paris de 1871 são a expressão mais radical destas lutas. O que Marx visava com sua teoria era expressar a dinâmica destas lutas e explicá-las para que

o movimento se nutrisse delas e se tornasse assim mais radical, mais revolucionário. A Comuna de Paris foi a última experiência revolucionária do proletariado durante o século 19. Deste período até as ondas revolucionárias do início do século 20, o movimento operário vivenciou um retrocesso, uma calmaria de expressão da luta revolucionária. Se o movimento operário, em sua prática social é conservador, a tendência (*veja que estou dizendo tendência e não a totalidade*) é que o conjunto de autores, grupos sociais, organizações que se vinculam ao proletariado também recuem em sua crítica. Foi justamente isto o que aconteceu.

O marxismo revolucionário elaborado por Marx foi ao longo das últimas décadas do século 19 sendo deformado. Os primeiros sinais desta deformação foram criticados pelo próprio Marx, quando ele escreveu *A Crítica ao Programa de Gotha* (1875). *O Programa de Gotha* foi o programa elaborado quando da fundação do Partido social-democrata Alemão. Nesta ocasião, reuniram-se na cidade de Gotha (Alemanha) alguns “marxistas” e alguns “lassalistas” e criaram o programa deste partido. Marx refuta ponto por ponto o programa, afirmando, em linhas gerais, que as reivindicações ali existentes não eram reivindicações revolucionárias, sendo que várias delas já eram prática corrente em alguns países europeus da época. Não vamos aqui analisar tal programa, mas queremos ressaltar que no momento em que a luta operária recuou enquanto luta revolucionária, as condições para a deformação da teoria revolucionária foram dadas. E foi o que aconteceu. A criação da Social-Democracia é a prova cabal deste processo.

De maneira caricatural, podemos dizer que a social democracia se caracteriza pela tentativa de conquistar o poder estatal e demais instituições burocráticas da sociedade (tal como os sindicatos) via processo eleitoral. A grande tese da social-democracia é a de se chegar à sociedade socialista efetuando reformas com a

³ Para uma discussão mais aprofundada acerca do conceito de autogestão, Cf. (Marx, 1978), (Guillerm & Bourdet, 1976), (Pannekoek, 1977; 1975; 2007), (Viana, 2008a) entre vários outros.

intenção de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. A revolução é abandonada. É substituída pelas reformas feitas pelo estado via parlamento. Daí deriva sua estratégia política: colocar cada vez mais representantes do partido dentro dos quadros do estado. O problema é que para se chegar ao poder de estado, respeitando a legislação burguesa, é necessário fazer-se muitos acordos e ao chegar-se ao poder, o máximo que se pode fazer é reproduzir as relações que colocaram os membros do partido no poder de estado.

O partido social-democrata torna-se a grande “organização” dos trabalhadores, chegando a ter mais de um milhão de filiados na Alemanha. O partido começa a conquistar algumas municipalidades nos países onde não é clandestino, começa a ter representantes dentro do parlamento, enfim, passa a ser a legítima “organização” dos trabalhadores e na maioria dos países, reconhecida pelo estado.

Em linhas gerais, a social-democracia é a expressão mais genuína da burocratização e recuo da luta operária. O conjunto de autores e instituições que se desenvolveram no seio dela é algo gigantesco. A social-democracia, principalmente a alemã, tinha em seu poder um conjunto de associações, de sindicatos, clubes, escolas, imprensa etc. o que a tornava uma poderosa e robusta instituição. Este fato levou Anton Pannekoek, um dos principais autores ligados ao comunismo de conselhos, a denominar o partido social-democrata de “parlamento do trabalho”, ou seja, um estado à parte dos trabalhadores, mas que diz representá-lo. Obedece à legislação burguesa, tem nos processos eleitorais sua principal meta e estratégia etc. Enfim, tudo aquilo que caracteriza o parlamento burguês. Para colocar em funcionamento toda esta estrutura era necessário um conjunto de funcionários, os quais se tornavam uma classe independente do proletariado. Tal classe já havia sido identificada no final do século 19 e primeiros anos do século 20 por Jam Waclav Makhaïski. Ele denominava-a de

Intelligentsia. Hoje, podemos com muito mais precisão terminológica, denominá-la burocracia partidária. O que Marx viu em 1875, quando da fundação do partido, foi somente o gérmen, o embrião de uma classe que viria a se tornar uma das grandes inimigas do movimento operário revolucionário, a burocracia partidária (não importa se esta burocracia é de esquerda, de direita ou de centro; se é comunista, trabalhista ou qualquer outro nome que se queria dar. Independente do nome, o que importa analisar é a prática social que esta classe efetiva no seio da sociedade capitalista. E esta prática é burguesa e burocrática).

A grande preocupação dos dirigentes do partido passa a ser eleições, colocar quadros do partido dentro do parlamento, conquistar o poder de municipalidades, enfim, colocar membros do partido dentro dos quadros do estado via processo eleitoral. *Esta passa a ser a grande estratégia e prática política do partido social democrata*. No seio do partido, alguns militantes começam a questionar tal prática e estratégia. Formam-se três tendências: a) *o revisionismo*; b) *o centro*; c) *e a esquerda*. O revisionismo era representado por Bernstein e este defendia expressamente que o movimento operário deveria abandonar o ideal revolucionário e depositar todas as suas esperanças na ação parlamentar de seus representantes. O centro, representado por Kautsky, defendia ainda o que ficou conhecido como marxismo “ortodoxo”, ou seja, Kautsky e seus discípulos defendiam uma *idéia abstrata* de revolução, mas em sua prática política, almejavam mesmo era o crescimento do partido, era a conquista de cadeiras no estado etc. Por fim, a esquerda do partido apoiava a ação espontânea das massas, defendia a transformação social como produto de um processo revolucionário etc. A esquerda do partido era uma oposição dura às demais tendências.

Nesta esquerda, vários autores se coadunavam, principalmente na Alemanha e Holanda. Militantes do partido como Gorter, Pannekoek, Rühle, Rosa Luxemburgo, Leo

Jogiches, Paul Levy etc. compõem esta fileira. Vários deles é que vão dar origem ao que ficou conhecido como comunismo de conselhos. Este conjunto de autores fez uma dura crítica às práticas e proposições ideológicas do partido social democrata. Entretanto, havia um esforço muito grande entre eles para não permitir que o partido “rachasse” ou fragmentasse, *pois havia o entendimento de que o partido social-democrata era o movimento operário*.

Tal engano se desfez completamente quando em 1914, os dirigentes do partido que compunham o parlamento alemão votaram a favor dos créditos de guerra. Isto significava que o partido estava aprovando os gastos do estado alemão com a primeira guerra mundial, uma guerra caracteristicamente imperialista. Isto implicou num racha definitivo dentro do partido. As discordâncias teóricas e estratégicas entre o revisionismo e o centro de um lado e a esquerda do partido de outro, chegaram a extremos neste período. Assim, o conjunto de militantes ligados à esquerda do partido saiu em massa.

Entretanto, somente as discordâncias teóricas e estratégicas entre os militantes do partido social-democrata são insuficientes para explicar a origem do comunismo de conselhos. Isto é fácil de se verificar. Saíram do partido social-democrata alemão em 1914, mas só se constituiu o comunismo de conselhos em meados da década de 1920. Por que? Vimos que a esquerda do partido tinha severas críticas às concepções do partido social-democrata. Criticavam seu “marxismo”, o qual julgavam mecanicista e positivista; criticavam as estratégias do partido, as quais consideravam conservadoras, visto que não almejavam e não desejavam o processo revolucionário; e por último, criticavam a prática do partido, que era deliberadamente burguesa e reacionária. Enfim, ideologia, estratégia e prática do partido eram uma totalidade única, indissolúvel.

Esta crítica foi importante, mas a determinação fundamental, o elemento central é sem sombra de dúvidas a re-

emergência do movimento operário revolucionário. Como dissemos no início, as idéias não pairam independentes do mundo concreto, elas são uma totalidade com este mundo. Assim, se durante as últimas décadas do século 19 e a primeira do século 20, o movimento operário viveu um grande retrocesso, sendo a expressão política deste período a social-democracia, durante a re-emergência da luta, no período das revoluções russa, húngara, alemã, italiana etc., o comunismo de conselhos foi seu produto verdadeiro.

Assim, a formação dos conselhos operários, como a nova forma de organização dos trabalhadores, é o elemento fundamental no surgimento do comunismo de conselhos. Durante todo o século 19, o capitalismo vivenciou um período conhecido como *regime de acumulação extensivo*⁴, ou como é mais conhecido, “capitalismo livre-concorrencial”. Somente no final deste século, é que este regime de acumulação encontra dificuldades crescentes em se reproduzir. O início do século 20 vivencia um novo regime de acumulação, o *intensivo*, também chamado de “capitalismo monopolista”. Este regime já apresenta graves problemas nas duas primeiras décadas do século 20. A primeira Guerra Mundial e as várias tentativas de revolução na Europa bem o demonstram.

Mas o que é importante no entendimento do Comunismo de Conselhos é a compreensão da dinâmica da luta operária. Em 1905, na Rússia, surgiu uma nova forma de luta, de organização dos trabalhadores. Uma forma que foi esboçada durante a Comuna de Paris de 1871, mas que foi pouco desenvolvida, a forma conselho. Tendo sido esboçados na Comuna de Paris e desenvolvidos de maneira generalizada na revolução Rússia de 1905,

⁴ Um regime de acumulação é uma forma assumida pelo processo de valorização, ou seja, uma forma determinada de relações de trabalho; uma forma assumida pela organização estatal e uma forma assumida pelos estados na maneira de relacionamentos recíprocos, ou seja, relações internacionais. Para uma melhor discussão sobre isto Confira: (VIANA, 2003).

os conselhos operários se apresentaram como a nova forma da luta operária.

As novas revoluções são as criadoras e o produto de uma nova forma de luta, os conselhos operários. A revolução russa de 1917, em sua primeira fase, teve nestas organizações, os *soviets*, seu aspecto fundamental. Se na revolução de 1905, esta forma de luta ficou restrita a algumas cidades, durante a revolução de 1917, elas se generalizaram por todo o território russo. Mas não ficaram restritas a este país. Na revolução alemã de 1918 a 1921, os conselhos de operários e soldados foram o fulcro essencial. Também na Itália, durante a rebelião de 1919 em Turim e demais cidades industriais, os conselhos foram a forma de luta criada pelos trabalhadores⁵.

A luta dos trabalhadores para criar organizações permanentes e reconhecidas durante o século 19 foi uma dura batalha. Neste processo, duas formas distintas e complementares de organização se formaram: os partidos e os sindicatos. Durante as lutas do início do século 20, uma nova forma foi desenvolvida, os conselhos operários. Como afirma Pannekoek (1977), os sindicatos revolucionários são o produto do período histórico do pequeno capital, onde os oligopólios ainda não haviam se formado, onde o estado ainda não regularizava a organização sindical etc. Com o desenvolvimento do grande capital, os sindicatos perderam toda sua autonomia e se tornaram organizações para o capital. Os trabalhadores não tinham já mais controle sobre as organizações que haviam criado no século passado. Os partidos políticos? Processo semelhante. A única diferença é que os partidos já se formam não como organização de trabalhadores, mas como organizações de burocratas independentes dos trabalhadores. O caso do partido social-

democrata, como demonstramos linhas atrás, ilustra bem este processo.

Resumidamente, temos que: a) *a determinação fundamental para o surgimento do comunismo de conselhos foi naturalmente o surgimento dos conselhos operários como forma de organização e luta concreta dos trabalhadores*; b) *compõe este processo a crítica à ideologia, estratégia e prática política dos partidos social democrata e bolchevique, bem como dos sindicatos. Enfim, a elaboração de uma crítica às burocracias partidária e sindical*; c) *um outro aspecto é o desenvolvimento do marxismo original. Os comunistas conselhistas eram autores vinculados ao marxismo, ou seja, tinham no materialismo histórico-dialético sua perspectiva teórica de análise da realidade. Sua elaboração teórica significou a adequação e aprofundamento do marxismo às condições da luta operária das primeiras décadas do século 20.*

Vejamos agora, a posição do comunismo de conselhos diante das demais tendências que defendiam os partidos políticos e os sindicatos como formas de luta e emancipação dos trabalhadores.

Comunismo de partido, de sindicato ou comunismo de conselhos? A crítica da burocracia

Os conselhos operários expressaram aquilo que ficou conhecido como “*o novo movimento operário*”. A forma partido e a forma sindicato dominaram a história do movimento operário durante grande parte do século 19 e também, por que não dizer, durante todo o século 20. Entretanto, tornaram-se formas de dominação do proletariado. Tanto isto é verdade, que toda vez que há a ascensão da luta operária e formam-se os conselhos operários são quase sempre em oposição aos partidos e aos sindicatos, que não os desejam.

A constituição dos conselhos operários como forma e conteúdo da luta operária expressa uma nova maneira de ação concreta dos trabalhadores. Os partidos

⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre as várias experiências históricas das tentativas de revoluções ao longo do século 20, tendo nos Conselhos Operários seu principal motor de ação Cf. (Guillerm & Bourdet, 1976), (Brinton, 1975), (Tragtenberg, 1986), (Nascimento, 1988) etc.

políticos ditos representantes dos trabalhadores, nesta época (início do século 20), destacam-se o partido social democrata, do qual o partido alemão era mais expressivo, e os partidos comunistas (PC), do qual o PC russo, após a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1918, era o mais poderoso⁶.

Da mesma forma os sindicatos. Surgiram como organizações de trabalhadores durante as lutas operárias do século 19. À medida que o grande capital foi se constituindo em oligopólios, tornando-se cada vez mais poderoso e burocrático, à medida que o estado capitalista foi regularizando a situação dos sindicatos, dando-lhes legalidade e por consequência uma legislação própria que o regulasse, impondo-lhe limites de ação etc. Esta organização de trabalhadores torna-se cada vez mais afastada dos trabalhadores. Cria-se uma poderosa burocracia sindical, que embora fale em nome dos trabalhadores, não são mais trabalhadores nem muito menos representam os interesses de classe do proletariado.

Os partidos políticos e os sindicatos significam o fortalecimento no seio da sociedade capitalista de uma classe social antagonica ao proletariado: a burocracia partidária e sindical. O modo de produção capitalista é constituído por duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. Entretanto, estas não são as únicas, existe um conjunto de outras classes que pela posição na produção, modo de vida, rendimentos, valores, etc. se aproximam ora da burguesia, ora do proletariado. A burocracia é uma destas. Entrementes, a burocracia é uma classe fracionada, tendo em seu interior aqueles estratos com maior e menor rendimentos (Viana, 2008a). Via de regra, os estratos da burocracia com maiores rendimentos (altos burocratas do estado, magistrados, executivos de grandes empresas etc.) apresentam modo de vida, valores e mentalidade que se aproximam da

burguesia; pelo contrário, os estratos com menores rendimentos, devido a seu modo de vida, valores e mentalidade tendem a se aproximar do proletariado. São geralmente estes estratos que compõem os representantes sindicais e partidários da classe trabalhadora.

A grande questão é que a burocracia como classe distinta tanto da burguesia como do proletariado tem interesses particulares de classe. No final das contas, dentro da sociedade capitalista, a burocracia é sempre uma classe auxiliar da burguesia, tanto em seus estratos superiores quanto inferiores. Os sindicatos e os partidos auto-denominados operários não são outra coisa senão uma expressão dos interesses de classe da burocracia. Ao fortalecer-se esta fração da burocracia (sindical e partidária), fortalece-se na mesma medida as relações de produção capitalistas.

Um dos grandes méritos do comunismo de conselhos foi identificar o caráter essencialmente contra-revolucionário dos partidos e dos sindicatos. Todo o discurso “revolucionário” que dominava no seio da classe operária no início do século 20 tinha na questão parlamentar, ou seja, conquista do poder de estado, e na questão sindical, ou seja, melhoria das condições de vida do trabalhador dentro da sociedade capitalista, todo seu sustentáculo ideológico e guias de ação política.

A ação prática dos trabalhadores, criando seus conselhos de operários e soldados e a produção teórica sobre esta prática, expressa principalmente pelos autores que ficaram conhecidos como comunistas conselhistas, são uma total oposição à burocracia e seus representantes ideológicos, os “comunistas” de partido e de sindicato. Uma relação fundamental das sociedades de classes se reproduz no interior dos partidos e sindicatos: a relação entre dirigentes e dirigidos. Toda organização burocrática é fundada nesta relação, fulcro do burocratismo.

Nos conselhos operários, tal relação é abolida. Os conselhos se caracterizam, contrariamente aos sindicatos, que se

⁶ Para uma crítica à maneira como os PC russo derrotou a revolução russa Cf. (Brinton, 1975)

organizam por categoria profissional, pela organização que tem no local de trabalho seu *locus* prioritário. Dentro de uma fábrica, por exemplo, os conselhos são formados por membros reconhecidamente eleitos das várias seções de que se compõe a fábrica. Estes delegados não têm função legislativa, mas tão somente executiva, ou seja, os conselhos põem em funcionamento as decisões que o conjunto dos trabalhadores da fábrica em questão decidiram em suas várias seções. Ou seja, os conselhos não um poder sobre os trabalhadores, pelo contrário, são expressão do poder coletivo dos trabalhadores auto-organizados.

Ao romper com a relação entre dirigentes e dirigidos, os conselhos eliminam os mediadores, os políticos profissionais, eliminam também a divisão entre luta econômica e luta política, divisão que tanto prejudicou a classe operária e favoreceu os partidos políticos. Vê-se, deste modo, que a constituição dos conselhos operários conforma uma unidade da classe trabalhadora. A implicação mais séria disto é a criação das condições para a constituição de uma sociedade radicalmente distinta, a sociedade autogerida.

Diante do exposto, é fácil perceber que a acolhida dos partidos e dos sindicatos aos conselhos operários não é nada amigável. Também, a resposta dos intelectuais que representam os interesses das burocracias partidária e sindical não foi nada amistosa com relação aos intelectuais e militantes que defendiam e expressavam teoricamente os conselhos. Ilustrativo disto foi o texto que Lênin escreveu em 1921, intitulado: “*O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*”. O panfleto não é integralmente destinado contra estes autores, mas em grande medida aponta suas armas contra eles, principalmente Gorter, Pannekoek, Rühle etc. Em que pese nesta data ainda não existisse a corrente intitulada comunismo de conselhos, que só veio a se consolidar mesmo em meados da década de 1920. Este conjunto de autores, devido ao panfleto de Lênin, ficou largamente

conhecido como *esquerdistas*, expressão tida neste contexto como sendo pejorativa.

A emergência dos conselhos operários representou então a constituição de uma nova concepção da teoria marxista e revolucionária. Os comunistas conselhistas retomaram o pensamento original de Marx e o levaram às últimas conseqüências analisando a ascensão da luta operária nas duas primeiras décadas do século 20.

A crítica aos postulados da social democracia já havia sido feita mesmo dentro do partido⁷. Com a revolução russa de 1917, o partido social-democrata russo, que era cindido em duas alas: a *menchevique* (que em russo significa minoria) e a *bolchevique* (maioria), forneceu as condições formais para a criação do partido comunista russo. A tendência bolchevique, quando eclodiu a vaga revolucionária, viu as condições sociais concretas para se estabelecerem como partido próprio, independente do partido social-democrata. Foi o que de fato ocorreu.

O partido comunista russo ou os bolcheviques representou um grande avanço da classe burocrática. Como conseguiram dar um golpe de estado em outubro de 1917 na Rússia, conquistando assim todo o aparelho que constitui a instituição estatal, os bolcheviques demonstraram a que extremos pode chegar a burocracia gerindo uma economia capitalista. Ao contrário do que muitos dizem, jamais se configurou na Rússia qualquer forma de “socialismo” real ou imaginário. O que se constituiu ali foi tão-somente um capitalismo de estado, ou seja, um capitalismo cuja burguesia se confunde com a burocracia estatal. Se no capitalismo privado (Estados Unidos, Alemanha, França etc.) quem se apropria da maior parte da mais valia é a classe burguesa; no capitalismo de estado (antiga

⁷ Confira os textos de Anton Pannekoek: “*As divergências Táticas no Movimento Operário*”, escrito em 1909, quando este autor ainda fazia parte do partido social-democrata e o livro de Rosa Luxemburgo: “*Reforma ou Revolução*”, publicado em 1900, que embora fosse da esquerda do partido social-democrata, jamais se aproximou organicamente das correntes que depois deram origem ao comunismo de conselhos.

União Soviética, Cuba, China etc.) é a burocracia estatal.

Assim, os autores que representam o comunismo de conselhos não pouparam críticas aos bolcheviques e à sua tão falada revolução russa. Os textos são inúmeros e autores como Pannekoek, Korsch, Rühle, Gorter, Mattick etc. aparecem como destaques nesta dura crítica.

Mas em que consiste precisamente o comunismo de conselhos? Quais são seus princípios fundamentais? Esta é a tarefa que temos à frente. Buscaremos efetivá-la no próximo tópico.

Principais teses do comunismo de conselhos: princípios da Autogestão Social

Os conselhos operários não são uma forma acabada, são um princípio. O comunismo de conselhos é a expressão teórica do movimento operário em sua forma mais desenvolvida, os conselhos operários. Os trabalhadores, durante todo o século 20, sempre que se organizaram em direção à abolição do modo de produção capitalista, encontraram nos conselhos operários sua expressão mais radical e revolucionária.

A perspectiva que melhor expressou e compreendeu o movimento operário revolucionário e as possibilidades de constituição da sociedade autogerida foi o comunismo de conselhos. Em que fundamentalmente consiste o comunismo de conselhos? Quais são seus aspectos centrais?

Os comunistas conselhistas são um conjunto de autores marxistas, ou seja, que entende o materialismo histórico-dialético como um método adequado para se analisar os fenômenos sociais e uma teoria correta da realidade social e histórica. São um conjunto de revolucionários que expressaram teoricamente o movimento revolucionário do século 20. Embora tivessem idéias que estavam dentro de seu tempo, pois a onda revolucionária que vivenciaram e expressaram foi uma das mais avançadas,

conseguiram acompanhar a revolução que se desenvolvia à frente de seus olhos. Durante este processo, várias cisões e rupturas foram necessárias (*capítulo 2*) para que se colocassem como verdadeira expressão dos interesses revolucionários do proletariado em luta. Quando o proletariado deixa de ser, mesmo que temporariamente, *classe em si*, e passa a ser *classe para si*, não deve recuar nenhum centímetro sequer, pois não tem nada a perder. Também aqueles que julgam expressar teoricamente este movimento não devem fazer qualquer concessão, posto que senão, não conseguem compreender adequadamente o processo revolucionário.

Deste modo, podemos delinear aqui, de modo bem rápido, os principais aspectos da perspectiva conselhistas.

Auto-emancipação dos trabalhadores

Esta assertiva, vinda dos *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores* redigidos por Marx, defende a idéia de que somente os trabalhadores podem libertar-se a si mesmos. Nenhuma outra classe o fará efetivamente. Esta é a tarefa dos explorados na sociedade capitalista. Enquanto precisarem de líderes, de dirigentes, de indivíduos e grupos sociais oriundos tanto da classe trabalhadora quanto de outras classes sociais, o movimento em direção à emancipação humana encontrará problemas em se realizar.

Esta é uma questão ao mesmo tempo lógica e histórica. Do ponto de vista lógico, é necessário destacar que a grande tarefa da classe operária hoje é gerir suas próprias lutas, não colocá-la nas mãos de outras classes, como a burocracia partidária e sindical, por exemplo. Entretanto, será a tarefa de reorganizar a sociedade como um todo, o maior desafio da classe trabalhadora. Deste modo, se ela não consegue nem levar a cabo suas próprias lutas, muito menos será capaz de colocar a sociedade como um todo para funcionar sobre novas bases.

Do ponto de vista histórico, temos visto que um dos maiores obstáculos para a disputa entre capital e trabalho ser resolvida positivamente em favor deste último, não é

nem a polícia, nem o estado, nem os capitalistas, mas sim os ditos representantes da classe trabalhadora, os ditos partidos de esquerda e os sindicatos. Estas frações da classe burocrática, em vários momentos históricos da luta operária demonstraram quais são efetivamente seus interesses, ou seja, manter os privilégios de classe da burocracia. Esta ao mesmo tempo que não é proprietária dos meios de produção, possui o monopólio da organização e gestão das lutas. Deixam os trabalhadores em estado de passividade, obediência e submissão, portanto reproduzem a lógica das sociedades de classes, ou seja, a divisão entre dirigentes e dirigidos. A história da social democracia e do bolchevismo é prova mais clara deste processo. Desta maneira, para tornarem-se livres, os trabalhadores devem antes de mais nada resolver sua situação com estas burocracias, ditas suas representantes.

Ação direta

Esta expressão usualmente vinculada à tradição anarquista também compõe o leque de princípios que norteiam a perspectiva conselhistas. Entretanto, ação direta para o conselhismo não significa “propaganda pela ação” como comumente os movimentos anarquistas compreendem. Não que toda tradição anarquista seja assim, mas a maneira como a expressão “ação direta” foi divulgada nos meios políticos adquiriu esta forma.

Ou seja, na perspectiva conselhistas, ação direta quer dizer luta direta dos trabalhadores contra os capitalistas e burocracias. Não é necessariamente a ação de grupos conselhistas, mas sim o movimento do proletariado, organizado em conselhos operários, e portanto contrário à classe capitalista e todas as suas classes auxiliares. A ação direta é o processo de auto-organização dos trabalhadores no sentido de formarem os conselhos operários, expressão mais acabada da classe operária *para si*.

Neste sentido, a ação direta é a afirmação dos interesses do proletariado em oposição à classe capitalista e às burocracias

sindicais e partidárias. Esta ação manifesta-se nas “greves selvagens”, ou seja, ilegais, não desencadeadas pelos sindicatos, mas sim pela manifestação dos interesses e da comoção da classe trabalhadora organizando ela própria seus assuntos. Este tipo de conduta dos trabalhadores sempre se afirma como uma negação das organizações burocráticas. Estas sempre buscam dirigir, controlar o movimento operário, as greves ilegais são um momento de negação prática destas organizações, pois fogem do seu controle. Os núcleos formados pela organização destas greves podem conduzir à formação de conselhos operários.

Recusa e abolição de todas as organizações burocráticas (partidos, sindicatos, estado etc.)

Uma organização burocrática é fundada na divisão entre dirigentes e dirigidos. Neste tipo de organização existem aqueles que detêm o poder de decisão e aqueles que somente executam. Os partidos políticos, os sindicatos, o estado, as fábricas etc. são todas organizações burocráticas. Esta divisão fundamental do processo de organização do trabalho e da vida como um todo é a marca geral da sociedade capitalista. Trata-se de um princípio que norteia a organização da vida nesta sociedade. Está introjetado na consciência dos indivíduos, é uma relação naturalizada e justificada pela ideologia. Entretanto, a separação entre decisão e execução do processo de trabalho serve para perpetuar a divisão de classes sociais existentes na sociedade. Esta divisão é na verdade o cerne das organizações burguesas, pois aqueles que detêm o poder de decisão compõem uma classe e aqueles que executam pertencem a outra classe.

Qualquer perspectiva que se afirme revolucionária, ou seja, que almeja abolir as relações de classes e portanto as classes sociais deve atentar-se para esta questão. É impossível chegar-se à liberdade reproduzindo a servidão, da mesma forma, não se pode abolir as classes sociais reproduzindo as relações de classe. É por

isto que o movimento revolucionário dos trabalhadores deve abolir de imediato a divisão entre dirigentes e dirigidos. Na verdade ele só se constitui como revolucionário à medida que abole tal relação.

É por esta razão que o conselhismo defende a abolição de toda e qualquer burocracia, seja das instituições burguesas propriamente ditas, seja das organizações que dizem representar os trabalhadores. Historicamente, esta possibilidade tem se afirmado quando os trabalhadores constroem suas próprias organizações e instituições e estas são os conselhos operários.

*Defesa dos conselhos operários como
órgãos de luta
e gestão da sociedade futura*

Os conselhos operários são as instituições criadas pelos trabalhadores no sentido de constituir a auto-organização de suas lutas. Formam-se na ação direta, na recusa das burocracias e são a maneira prática criada pelos trabalhadores para sua auto-emancipação. Evidentemente que estas organizações não surgem de idéias mirabolantes dos reformadores sociais, são na realidade o produto de um longo processo de lutas e de auto-educação dos trabalhadores.

Se a eles cabe a tarefa de se libertarem do jugo de seus exploradores, naturalmente que também a eles cabe a maneira de realizar esta tarefa. Durante todo o século 20, a experiência revolucionária do proletariado sempre se colocou como um antagonismo inconciliável com todas as classes exploradoras e parasitárias de nossa sociedade.

O processo de lutas sociais é permeado de contradições, de avanços e recuos. A emergência de uma consciência revolucionária depende da constituição de um momento revolucionário, mas este só se consolida quando a consciência avançou a um nível revolucionário. De acordo com (Jensen, 2001), a luta operária passa por três fases: 1) *Lutas espontâneas*. Presente na

quebra e roubo de utensílios, absenteísmo, sabotagem etc., ou seja, é uma recusa do capital, mas que não se manifesta numa forma discursiva. É uma recusa prática, mas que não aponta caminhos para se superar as relações estabelecidas. 2) *Lutas autônomas*. Já há a criação de uma discursividade, os trabalhadores estão organizados coletivamente, já superaram suas burocracias partidárias e sindicais, mas ainda não desenvolveram uma consciência revolucionária, ou seja, a luta autônoma basta a si mesma. Se o que importa é moradia, lutemos por moradia, se o que importa é terra, lutemos por terra, se o que importa é salário, lutemos por salário etc. Neste nível, as lutas embora já tenham se tornado autônomas, ainda não constituíram uma consciência revolucionária. 3) *Lutas autogestionárias*. Neste nível, além da recusa do capital e da burocracia, há a afirmação da autogestão social, enquanto as formas anteriores se desenvolvem até o nível da negação, nas lutas autogestionárias já é perceptível a afirmação de uma nova sociedade fundada em outras bases. Em outras palavras, não há momento revolucionário que não seja produto de uma consciência revolucionária e da mesma forma, não há consciência revolucionária que não seja construída numa prática revolucionária.

Deste modo, a perspectiva conselhistas concebe a ação revolucionária no sentido da busca de autonomização da classe operária, portanto uma recusa do capital e da burocracia e ao mesmo tempo uma ação no sentido de construir uma nova sociedade, portanto da afirmação da autogestão social. Historicamente, a maneira de autonomização das lutas dos trabalhadores tem se dado através da criação de organizações as quais eles próprios controlam, os conselhos operários.

A autogestão das lutas é pré-condição para a autogestão da sociedade futura. Somente em organismos criados e controlados pelos trabalhadores é que eles podem encaminhar de acordo com seus interesses e de acordo com suas

necessidades as suas próprias lutas. Tais instituições devem abolir imediatamente a divisão dirigente/dirigido, deve ser um corpo unitário de luta. Esta unidade é garantida pela confluência de interesses de classe comum, ou seja, abolição do estado, do capitalista, da burocracia etc. e afirmação da associação livre de produtores, a autogestão das fábricas e da sociedade como um todo.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Para encerrar esta pequena introdução ao Comunismo de Conselhos, resta apontar um pouco de seu legado. Tal perspectiva, como já abordamos, foi marginalizada ao longo da história. A razão disto é que ela foi derrotada. Melhor dizendo, isto só prova que ela ainda é uma concepção que assusta as classes dominantes (de esquerda e de direita). Pelo fato de ser uma teoria revolucionária, o comunismo de conselhos só foi retomado, ao longo da história do século 20, em momentos de ascensão da luta revolucionária do proletariado.

Não é à toa que as concepções bolcheviques, social-democratas etc. sejam vistas como os verdadeiros legados do marxismo. Quem já ouviu falar em Herman Gorter? Otto Rühle? Anton Pannekoek? Paul Mattick? Excetuando alguns

excêntricos, mais ninguém. Quem já ouviu falar em Lênin, Trotsky, Stálin, Mao Tse-Tung? Kautsky, Bernstein etc.? Estes são mais famosos e aparecem até nos livros didáticos de história e geografia aqui no Brasil. Por que isto se dá desta maneira? Estes últimos venceram a batalha das idéias, justamente por que conseguiram derrotar concretamente o proletariado.

Mas de qualquer maneira, o comunismo de conselhos sempre retorna. É expulso pelas portas dos fundos, mas num rompante repentino irrompe novamente pelas portas da frente. Foi assim ao longo da história do século 20. Quando se formalizou, na segunda metade da década de 1920, o comunismo de conselhos era reconhecido por amplas camadas da sociedade. Quando o proletariado foi derrotado por toda a Europa: na Rússia pelos bolcheviques, na Alemanha pela social democracia e pelo nazismo, na Itália pelo fascismo etc. também o comunismo de conselhos (expressão teórica do proletariado revolucionário) o foi. O Comunismo de conselhos só é forte e reconhecido, quando o movimento operário rompe concretamente com esta sociedade. Quando se constituem os conselhos operários, também o comunismo de conselhos, como expressão teórica e política dos trabalhadores, se fortalece e se revigora.

Referências Bibliográficas

- BRINTON, Maurice. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.
- GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- JENSEN, Karl. **A luta Operária e os Limites do Autonomismo**. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- NASCIMENTO, Cláudio. **Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: Autonomia Operária e Autogestão Socialista**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores**. Florianópolis, Barba Ruiva, 2007.
- _____. **Conselhos operários**. in: Conselhos Operários. Coimbra: Centelha, 1975.
- _____. **Los Consejos Obreros**. Madrid: Zero, 1977.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.
- VIANA, Nildo. **Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas**. Bauru, EDUSC, 2008b.

_____. **Manifesto Autogestionário**. Rio de Janeiro. Achiamé, 2008a.

_____. **Estado Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

CAPITALISMO E TEORIA DOS GESTORES

Edmilson Marques

edmilsonmarx@yahoo.com.br

“Nenhuma teoria é neutra, embora possam dar-se ao conforto de não explicitar os pressupostos aqueles autores que têm por si os valores dominantes.”

João Bernardo

A teoria dos gestores surge num momento em que o capitalismo alcança seu estágio mais desenvolvido na história da humanidade. E a principal questão que buscaremos responder aqui é se esta teoria contribui para o esclarecimento da essência do modo de produção capitalista, assim como para a transformação do mesmo.

A complexidade alcançada por tal teoria é um dificultador para uma compreensão de seu posicionamento enquanto instrumento de luta de uma determinada classe. Portanto, utilizaremos um método que possibilite chegarmos a uma resposta concreta e sistematicamente próxima da realidade, e do nosso ponto de vista, o método dialético é essa possibilidade.

Antes de partirmos para a discussão que propomos, gostaríamos de salientar que uma teoria é um produto da realidade concreta. Sendo assim, ela pode tanto expressar o que de fato existe, quanto ocultar a sua essência. Nesse sentido, os valores de quem interpreta a realidade interfere diretamente na sua expressão teórica. Ou seja,

A posição que o indivíduo ocupa numa dada sociedade se refere à qual classe ele pertence ou a partir de qual perspectiva ele se coloca. Embora seja raro, é possível um indivíduo de uma classe partir da perspectiva de outra, o que não o livra da possibilidade de mesclar perspectivas diferentes, ameaçando, assim, no caso do proletariado, a possibilidade de uma visão correta da realidade em sua totalidade (VIANA, 2007, pág. 75).

Existem então aqueles teóricos que buscam interpretar a realidade

intencionando fidedignamente a sua compreensão, embora, alguns ficam na superficialidade da realidade, conseqüência da própria ideologia existente, enquanto outros conseguem superar as barreiras do pensamento dominante e expressar realmente o existente, e aqueles que intencionam uma interpretação de validação de uma perspectiva particular, pessoal. A diferença de ambas as situações se encontra na intenção daquele que discute uma determinada questão. Enquanto uma busca a compreensão de uma determinada questão, a outra busca a sua ocultação. Bom. A partir de agora então, poderemos analisar o tema de nossa discussão.

João Bernardo ao desenvolver “sua teoria” dos gestores parte dos mesmos princípios já desenvolvidos por Karl Marx da produção da mais-valia, porém, algumas diferenças essenciais podem ser notadas em ambas as teorias. Uma das discordâncias que podemos citar de João Bernardo em relação a Marx se refere às classes fundamentais existentes no capitalismo, é neste ponto que vamos, neste texto, focar nossa discussão.

Marx, quando discutiu e analisou o capitalismo no século XIX, partiu dos pressupostos fundamentais da realidade que o envolvia. O capitalismo já apresentava claramente suas bases fundamentais formada, a partir da qual se sustentaria até os tempos atuais. Foi quando afirmou que a burguesia construiu um mundo à sua imagem e semelhança. Se foi a burguesia, uma classe que, enquanto classe, destruiu um mundo e construiu outro, podemos então, partir do pressuposto que este mundo

por ela criado, só não seria mais o seu mundo, se a base fundamental por ela criada fosse destruído. Ao transformar o modo de produção feudal, a burguesia instaura o seu modo de produção, o modo de produção capitalista. Segundo Marx,

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: Burguesia e proletariado (MARX, 2003, pág. 46).

Se esse é um modo de produção que lhe diz respeito, naturalmente que só não seria mais um modo de produção burguês quando fosse instituído outro modo de produção, que não mais, o capitalista. Uma possibilidade é, por exemplo, um modo de produção autogestionário, fundamentado nos valores e preceitos do proletariado. Portanto, o modo de produção capitalista é um modo de produção criado e desenvolvido pela burguesia, e enquanto este existir, se foi por ela criado, naturalmente que será um modo de produção burguês e aqueles que dele se apropriarem, estarão fazendo o mesmo jogo e estratégia desta classe, logo, se transformando em um deles, num burguês.

Mas a burguesia não está só nesta sua luta pela manutenção e reprodução do capitalismo, dos seus privilégios. Ela, por ser uma minoria, necessita de indivíduos que contribuam para a reprodução do capitalismo. Nem que para se manter como classe dominante ela ceda parte de seus privilégios, da mais-valia extorquida. É quando entra em cena a classe que lhe auxilia (a burocracia) e orienta na manutenção, organização e transformação contínua dos espaços de trabalho.

Porém, a burguesia não é uma classe fechada em si, cujos membros são estáticos e inalterados. Ela acompanha o mesmo

processo existente do modo de produção a que deu origem, ou seja, transforma constantemente as relações de produção para continuar existindo enquanto classe dominante. É nesse sentido que podemos acompanhar as transformações que vem ocorrendo no capitalismo moderno, em relação às classes que dominam. A burguesia não é a única classe dominante, ela conta com seus auxiliares (a burocracia) que, em relação ao proletariado, faz o mesmo jogo daquela. Mesmo os integrantes da burocracia, não são estáticos, no sentido de permanecerem sempre burocratas. Devido aos seus valores fetichistas crêem que também são capazes de se tornarem membros da classe burguesa. Então, membros da classe burguesa, muitas vezes, conseqüente das contradições do capitalismo, se tornam membros da classe inferior a ela, porém dominante, da burocracia, e simultaneamente, membros da burocracia também se tornam membros da classe superior a ela, da classe burguesa.

Nesta relação complexa existente no capitalismo moderno, a classe proletária continua sua vida num mundo hostil a ela. Enquanto burgueses e burocratas alternam entre si na organização do trabalho, a base essencial da moderna sociedade continua a mesma, e o proletariado continua sua luta em busca da transformação deste modo de produção que lhe oprime e o faz oprimido.

Para Marx,

A “burocracia” é o “*formalismo de Estado*” da sociedade civil. Ela é a “consciência do Estado”, a “vontade do Estado”, a “potência do Estado” como *uma corporação* (em contraposição ao particular, o “interesse universal” pode se manter apenas como um “particular”, tanto quanto o particular, contraposto proteger a universalidade *imaginária* do interesse particular, o espírito corporativo, a fim de proteger a particularidade imaginária do interesse universal, seu próprio espírito. O estado deve ser corporação tanto quanto a corporação quer ser Estado), como uma sociedade particular, fechada, no Estado (MARX, 2005, pág. 65).

Lukács colocou que “a burocracia implica uma adaptação do modo de vida e do trabalho e paralelamente também da

consciência aos pressupostos socioeconômicos gerais da economia capitalista” (LUKÁCS, 2003, pág. 219). A partir destas observações podemos perceber algumas características assumidas pelo capitalismo moderno. Sendo o estado capitalista um estado burguês e a burocracia, segundo Marx, a “vontade do estado”, então, a burocracia é uma das classes existentes no capitalismo que busca, segundo Lukács, adaptar o modo de vida e do trabalho ao capitalismo. E na concepção de estado em Nildo Viana podemos visualizar claramente a posição da burocracia nas relações de produção capitalista. Segundo ele, o estado “é uma relação de dominação de classe mediada pela burocracia com o objetivo de manter e reproduzir as relações de produção às quais ele está submetido” (VIANA, 2003, pág. 15). Portanto, a burocracia é a classe mediadora da luta de classe entre burguesia e proletariado. Produto das relações de exploração da modernidade, fruto das relações de produção burguesa, cuja finalidade é a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, logo, da classe burguesa, e, fundamentalmente, do proletariado.

A partir de agora podemos falar da teoria dos gestores. Vamos citar primeiramente um trecho do prefácio do livro “*Capital, Sindicatos, Gestores*”, prefácio e livro do mesmo autor, João Bernardo.

No reduzido mundo capitalista dos finais do século dezoito e início do dezenove, o que depois se viu claramente serem duas classes distintas, o proletariado e a burguesia, confundiam-se do mesmo lado das barricadas no combate à aristocracia moribunda. Quando, em resultado dessas lutas, a classe burguesa se tornou hegemônica na sociedade, passou para primeiro plano o seu antagonismo prático com o proletariado, o que permitiu a compreensão de ambos como classes opostas e, do ponto de vista proletário, a crítica teórica da burguesia. Ao mesmo tempo os gestores enfrentavam a burguesia e substituíam-se-lhe progressivamente na apropriação do capital, até que, entre a primeira e a segunda guerras mundiais, foi o conflito entre ambas as classes capitalistas que ocupou as atenções. Em 1945

encerrou-se a questão, estabelecendo-se os modos possíveis e as instituições específicas por que a classe dos gestores assume a hegemonia social e secundarizando-se decisivamente as formas particulares de apropriação de capital. A partir do momento em que são os gestores que comandam incontestadamente o capitalismo, é o antagonismo entre eles e a classe operária que passa para primeiro plano (BERNARDO, 1987, pág. 9-10).

Como podemos observar neste trecho, a concepção deste autor com aquela apresentada, contém algumas diferenças. A teoria dos gestores não concebe a burocracia e nem a burguesia, ou melhor, os gestores a quem ele se refere é a classe que domina, mas não é classe auxiliar, por não existir outra classe acima dela e também não é a burguesia. Do ponto de vista do proletariado, o que ele chama de gestores, é a burocracia, e noutros momentos, a própria burguesia. É burocracia quando organiza os espaços de trabalho em função do proprietário, e é burguesia quando organiza os espaços de trabalho e fundamentalmente se apropria do mais-valor. Na ótica de João Bernardo então, gestores e classe operária compõem fundamentalmente o capitalismo moderno. Os gestores, segundo este autor,

“Conduz o capitalismo na ultrapassagem definitiva dos particularismos econômicos”. [...] “São os agentes da superação do particularismo econômico tanto no interior de cada país, como à escala internacional” [...] “são grandes conjuntos de capitalistas, politicamente unificados, que exercem sobre os explorados o seu poder enquanto coletivo social e de uma forma direta” [...] “na dinâmica histórica a planificação resulta de convergência entre o processo de intervenção dos aparelhos políticos sobre o econômico [...] A classe dos gestores foi o agente social ativo desta convergência” [...] “O caráter unificador e planificado que os gestores imprimem ao capitalismo exprime-se ao nível dos sistemas de propriedade. No que diz respeito aos gestores, e contrariamente à burguesia, a propriedade capitalista não é particularizada individualmente, mas unificada por vastos grupos gestoriais, que a detêm coletivamente” [...] “A classe dos gestores define-se, em resumo, pela unificação dos processos econômicos, o internacionalismo, a fusão do político e do

econômico, a planificação, o caráter coletivo da propriedade” (BERNARDO, 1987, pág. 117-118).

Então, a partir da discussão feita por este pensador, duas questões são essencialmente evidenciadas, as quais diferenciam o que ele chama de gestores, da burguesia, bem como a hegemonia do primeiro sobre o segundo. A primeira é a de que com o processo de produção da mais-valia relativa, produto de um “processo produtivo decorrente do funcionamento econômico global e da relação de cada unidade econômica com tal funcionamento” (BERNARDO, 1991b, pág. 203) desponta na sociedade como classe dominante. Uma classe que, segundo ele, existiu desde os primórdios do capitalismo, a classe dos gestores, mas que, antes, era submetida à hegemonia da burguesia, e com o processo de produção assentado sob as bases de produção da mais-valia relativa, essa classe passa a dominar. Deixemos o autor se expressar:

Quanto mais se aceleram os mecanismos da mais-valia relativa, quanto mais estreitamente a economia se integra, tanto mais a burguesia declina e os gestores se unificam e reforçam, até aparecerem claramente como os representantes do capital associado e coletivo, isto é, como capitalistas globais (BERNARDO, 1991b, pág. 217).

Assim, o proletariado passaria então a enfrentar uma nova classe, a classe dos gestores. A segunda questão está associada à forma de existência da propriedade. Veja o final da citação anteriormente descrita: *a classe dos gestores define-se, entre outras coisas, pelo caráter coletivo da propriedade*. Sobre isso recorreremos às suas palavras:

Os gestores aparecem assim como os verdadeiros representantes do capital associado. Quando se torna independente da propriedade privada, o controle passa a caber à classe dos proprietários coletivos de capital. Dizer que “o controle se separou da propriedade” é hoje um lugar-comum, mas não se trata por isso de uma idéia menos errada. Aqueles que o afirmam operam, elogiosa ou criticamente, na ficção jurídica promovida pelos gestores, que convertem a

sua forma coletiva de propriedade do capital numa mítica não-propriedade. O controle não substitui a propriedade. Enquanto expressão da atividade integradora e coordenadora, o controle é o veículo para a transformação de um dado tipo de propriedade, a propriedade privada do capital, numa de outro tipo, a propriedade coletiva do capital (BERNARDO, 1991b, pág. 211).

Por coincidência há uma grande semelhança entre essa concepção e aquela defendida pelos conservadores Adolf A. Berle e Gardiner C. Means em “*A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada*”.

Com a crescente dispersão da propriedade de ações nas maiores companhias americanas, desenvolveu-se uma nova condição relativamente a seu controle. Os indivíduos que controlam a maior parte dessas companhias não são mais os proprietários dominantes. Aliás, não há proprietários dominantes, e o controle se mantém, em grande medida, separado da propriedade (BERLE e MEANS, 1988, pág. 121).

Em relação ao caráter abrangente do capitalismo, Marx já havia apontado essa sua característica quando tratava da produção capitalista. Para ele a produção capitalista é a

“Produção e reprodução do conjunto da relação numa escala alargada”, e isso significa reprodução numa forma continuamente acrescida não só das categorias tipicamente capitalistas – mercadorias, dinheiro, salário, mais-valia, lucro, etc. – mas do conjunto das relações sociais, e históricas, e acima de tudo a relação “trabalho assalariado”, sem as quais não seria possível nem o próprio processo de produção do capital, nem o prodigioso desenvolvimento das forças produtivas a ele ligado (MARX, 1975, pág. 09).

Portanto, não é criando novos conceitos e submetendo a realidade a eles que se explica o existente. O capitalismo atual está passando por mais uma de suas fases de desenvolvimento, cujas relações sociais fundamentais continuam as mesmas. A mais-valia é a essência do capitalismo e as classes que a faz existente também continuam a existir, burguesia e proletariado, mediado pela burocracia. *A idéia de gestores oculta essa relação uma*

vez que exclui a burguesia do cenário produtivo e utiliza de um conceito abstrato, metafísico no sentido em que ele propõe ser, gestores enquanto classe dominante à burguesia, com o fim desta última. Mesmo partindo da essência da realidade, produção da mais-valia relativa, essa concepção não favorece a percepção do que de fundamental permanece vivo no interior da classe proletária, a luta e a real possibilidade da transformação radical do modo de produção capitalista, num modo de produção autogestionário. Quando colocamos no início do texto que existem aqueles indivíduos que utilizam de concepções diferentes da sua para validar a sua, isso se adequa à teoria dos gestores, uma vez que utiliza de conceitos e algumas concepções do proletariado para fazer da teoria dos gestores a teoria válida para o capitalismo moderno. E ao fazer isso, ele amortece a luta de classe servindo de combustível para o capitalismo continuar se reproduzindo.

Além daquela primeira questão que apontamos na teoria dos gestores existe a segunda questão que é, em nossa concepção, uma outra forma ideológica¹ de tal teoria, tratando da forma atualmente existente da propriedade. A propriedade é uma determinação das sociedades de classes, e no exemplo moderno do capitalismo, aquela que é utilizada para privar os trabalhadores de produzirem para si, em detrimento de uma produção para o outro, para o proprietário. A característica acionária da

¹ O teórico da idéia dos gestores concebe a ideologia como “expressão da prática” (BERNARDO, 1991a, pág. 39), o que pressupõe entender que partindo da realidade existente dividida em classes sociais, essas classes sendo integrantes da prática, então, cada classe seria portadora de uma ideologia, expressaria uma ideologia. Essa concepção oculta o caráter essencial da consciência burguesa. Contrário a essa concepção, concebemos a ideologia como uma *falsa consciência*, uma concepção existente, porém, falsa, que oculta as relações essenciais de uma determinada realidade. No caso do capitalismo, é ideológico aquelas concepções que se prendem à superficialidade do modo de produção capitalista, às suas particularidades e não ultrapassam as barreiras do pensamento burguês, dificultando a percepção de sua essência.

propriedade é apenas mais uma forma estabelecida pela burguesia à propriedade intencionando a perpetuação do capital. Mesmo instituindo uma forma jurídica da propriedade dividida em ações, o seu caráter privado não deixa de existir. A teoria dos gestores coloca que a propriedade coletiva, ou seja, a posse dos meios de produção e das forças produtivas por mais de um indivíduo, senão por um grupo de indivíduos, é obra de uma nova classe dominante, dos gestores, já que esses atuam em grupos e os vários grupos relacionando entre si. Não é burguês, na ótica do defensor da teoria dos gestores, por que a posse dos meios de produção e das forças produtivas está nas mãos de acionistas, os proprietários de ações, cuja propriedade é dirigida e utilizada por um grupo reduzido de indivíduos nas unidades de produção, pelos gestores. E uma vez que a característica do caráter burguês da propriedade está na posse individual, de um indivíduo e não coletiva, de mais de um indivíduo, de um grupo de indivíduos, então, essa característica da propriedade não é burguesa.

Para concluir a nossa discussão a respeito da teoria dos gestores, vamos partir de uma passagem do prefácio do livro *Contribuição à Crítica da Economia política* de Karl Marx, que diz:

As relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas [...] Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então [...] As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos (MARX, 1977, pág. 24-25)

Podemos perceber daí que a propriedade burguesa é mera expressão jurídica das relações de produção capitalistas. As relações de produção são a

essência e o que deriva daí, expressão jurídica, aparência. *João Bernardo se prende às relações jurídicas (que no estágio desenvolvido alcançado pelo capitalismo a maioria daqueles que organizam os espaços de trabalho não são os donos da propriedade) e não leva em consideração sua essência, as relações de produção, ou seja, privilegia a aparência em detrimento da essência.* É a produção e extração de mais-valor que caracteriza as duas classes sociais existentes no capitalismo, burguesia e proletariado. Logo, aquele que submete o trabalhador à exploração e se apropria do mais-valor é burguês e não gestor como ele afirma.

Essa idéia dos gestores realmente impressiona e convence muitos leitores devido à sua forma potencialmente reflexiva, porém, fundamentada em profundas elucubrações que chega a ser dominada por um caráter mítico. Não podemos deixar nos convencer pelas palavras. É preciso analisá-las e confrontá-las com as relações sociais realmente existentes, chegar à sua essência e daí, verificar conclusivamente a representação de determinada teoria em relação às classes existentes. Desse modo, apesar de não excluir do cenário produtivo a exploração sofrida pela classe trabalhadora, essa teoria não dá subsídios suficientes para se chegar à essência do capitalismo moderno no sentido de sua superação, e no capitalismo atual cumpre com a tarefa dos capitalistas de sistematizar uma idéia que não corresponde à sua realidade.

Na ótica de João Bernardo, “quanto mais a economia se desenvolve e se integra, mais se consolidam os gestores” (BERNARDO, 1991b, pág. 216). Em outras palavras, não é possível visualizar o fim do capitalismo, pois, como uma de suas características é sua transformação constante pressupõe então que o capitalismo sempre vai se desenvolver, e consolidar cada vez mais “os gestores”. Por outro lado, a economia não é autônoma e existe por si mesma. Ela existe a partir da existência de seres humanos cercados por determinadas relações sociais. Eles fazem a economia e a fazem de acordo com os valores do modo de produção existente. E dizer que quanto mais desenvolvida mais se consolida esta idéia dos gestores, é dizer ao mesmo tempo que, não há possibilidades de nada mais além do capitalismo.

Finalizamos então dizendo que seguem em marcha constante o desejo fundamental do proletariado, “vencer a burguesia, para destruir o capitalismo e construir um novo sistema de produção coletivo” (PANNEKOEK, 2007, pág. 153). Enquanto burguesia e sua classe auxiliar transformam continuamente o modo de produção capitalista para continuarem existindo enquanto classes que dominam e vivem da exploração do proletariado, este último vive em busca de sua liberdade e da transformação radical do modo de produção capitalista em um modo de produção autogestionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLE, Adolf A. e MEANS, Gardiner C. **A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada.** São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- BERNARDO, João. **Capital, Sindicatos, Gestores.** São Paulo, Vértice, 1987.
- BERNARDO, João. **Dialética da prática e da ideologia.** São Paulo, Cortez, 1991a.
- BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais.** São Paulo, Cortez, 1991b.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **Capítulo Inédito D’o Capital.** Porto, Escorpião, 1975.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo, Boitempo, 2005.

MARX, Karl e Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Martin Claret, 2003.
PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores**. Barba Ruiva, 2007.
VIANA, Nildo. **Escritos Metodológicos de Marx**. Goiânia, Alternativa, 2007.
VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania**. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

A CONCEPÇÃO NEOLENINISTA DE SOCIALISMO DE ISTVÁN MÉSZÁROS

Marcos Lopes

marcoslopeslebon@gmail.com

O autor István Mészáros anda na moda junto à esquerda tradicional. Ele escreveu uma grande quantidade de livros, tal como *O Poder da ideologia*; *Marx e a teoria da Alienação* e agora seu grande livro *Para Além do Capital*. Foi representante da "Escola de Budapeste", junto com Agnes Heller, G. Markus e outros discípulos e alunos de Georg Lukács. As suas idéias são baseadas em Marx e Lukács, o velho Lukács stalinista, e por isso fica no âmbito do chamado "marxismo-leninismo", um pseudomarxismo como bem denominaram Karl Korsch e Nildo Viana.

Suas teses são velhas idéias com roupagem nova, e pouco mais que isso. Usa termos luckasianos, do velho Lukács, para reproduzir um neoleninismo que, no fundo, não rompe com a burocracia (que ele evita discutir profundamente) e o Estado, em seu texto sobre o problema da transição na Rússia (em *Para Além do Capital*), não faz mais que reproduzir um novo discurso leninista para isentar o bolchevismo do processo de burocratização.

É o novo ídolo-fetice da pseudo-esquerda, o salvador da pátria dos leninistas, e sua nova terminologia de nada acrescenta ao saber humano. O que há de importante nessa terminologia do "metabolismo social do capital"? Absolutamente nada, a não ser um novo fetichismo do capital, que deixou de ser relação social para ser fetiche de intelectual.

O que farei aqui é analisar a concepção de socialismo deste neoleninista e assim mostrar que ele em nada avança teoricamente e, aliás, é uma regressão teórica, que, no entanto, é útil para as burocracias partidárias (inclusive ele apóia Plínio Arruda Sampaio, do

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, para candidato à presidência da república no Brasil, tal como se vê na lista de apoiadores no site deste partido). Uma das teses centrais de Mészáros é a necessidade de superação do tripé capital, trabalho e estado. Ele não faz nada disso, como mostrarei a seguir, por mais que seus defensores reafirmem isso.

Marx já colocava a necessidade de superação destes "elementos" e de forma muito mais conseqüente, bem como vários outros o fizeram e sem a ambigüidade de defender o Estado. Assim, Mészáros vem para parecer libertário e de esquerda, mas no fundo, traz apenas confusão e representa o neoleninismo. Assim, o problema é como ele constrói essa suposta superação e avalia a URSS, e sua discussão é leninista. Ele parte de uma distinção ideológica entre capital e capitalismo para fundamentar sua ideologia neoleninista, dizendo que a Rússia não era capitalista, nem capitalista estatal, pois superou o capitalismo (o que basta "tomar o poder" para fazê-lo) e não o capital (...), confundindo capitalista com proprietário individual, numa visão pré-marxista. E ainda pensa, com certa "crítica", em partido, parlamento, transição, ou seja, é um leninista um pouco mais cuidadoso e atualizado e não passa disso. Milhares de outros, sem suas deficiências e ideologias, foram muito mais longe e por isso não se precisa dos ídolos-fetiches da pseudo-esquerda para pensar a luta atual.

A partir destas considerações iniciais é preciso discutir alguns elementos básicos na concepção neoleninista de Mészáros sobre socialismo. Em primeiro lugar, sua discussão sobre transição para o comunismo; em segundo lugar, sua

concepção do "sistema soviético", ou seja, o regime instaurado pelo bolchevismo.

Mészáros e a Transição para o Comunismo

A questão principal na análise de Mészáros sobre a transição para o comunismo é a superação do tripé capital, trabalho e estado.

Sobre o Estado, ele parte do suposto fato de que o proletariado ainda estaria, na transição socialista, dividido em interesses derivados da manutenção da divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho exigiria aumento e fortalecimento do Estado, ao contrário do que foi proposto por Marx, a abolição do Estado. O Estado iria ser o árbitro da multiplicidade de interesses existentes a partir de tal divisão (Nakamura, 2009).

Mészáros parte de uma incompreensão de Marx sobre o processo de revolução. Ele separa, em Marx, revolução política e revolução social, sendo que a primeira seria a tomada do poder estatal e a segunda a transformação do conjunto das relações de produção e sociais. Isto estaria certo considerando apenas o Manifesto Comunista (Marx e Engels, 2001). Após a Comuna, esta situação mudou, a tese defendida passou a ser a da superação do Estado e a mudança se daria pela ação proletária na esfera do processo de produção.

Esse suposto pensamento de Marx, superado por ele mesmo, superação não "reconhecida" por Mészáros, teria subestimado que a tomada do poder político não seria suficiente para promover a extinção do Estado enquanto que o processo de produção herdado do capitalismo seria fundado na divisão social do trabalho e multiplicidades de interesses que caberia ao próprio poder estatal ordenar.

Ele crítica o "otimismo" de Marx para poder defender o sistema estatal:

A avaliação otimista de Marx sobre a Comuna de Paris, vendo-a como "uma revolução", não contra esta ou aquela [...] forma de poder de Estado, [mas] uma revolução contra o próprio Estado, estava associada a uma caracterização igualmente otimista do Segundo Império bonapartista como "a última expressão daquele poder de Estado", a "última forma possível de domínio de classe [burguês]" e o "último triunfo de um Estado separado e independente da sociedade" (Mészáros, 2004: 342).

Mészáros questiona Marx e além de lhe atribuir um "otimismo" e não entender o que disse sobre o bonapartismo, coloca que por base da divisão hierárquica do trabalho não há como abolir o Estado capitalista. Segundo ele, estamos muito longe da última forma do Estado capitalista e seu domínio. Retomando Lukács, Mészáros afirma que o Estado continua existindo e Marx estava equivocado ao evitar a palavra Estado, e ainda diz que tal regime estatal deve ter "um poder executivo forte contra eles [os proletários) próprios". Além disso, ele assume o cume da hierarquia da divisão social do trabalho:

Ao mesmo tempo, para completar o novo círculo vicioso entre a sociedade civil pós-revolucionária e seu Estado, este último não é meramente a manifestação da continuação da divisão social do trabalho, mas também o apogeu hierárquico do seu sistema de tomada de decisões. Por este motivo, tem grande interesse em manter, indefinidamente, o controle mais firme possível sobre todo o processo de transformação em andamento e, portanto, estimulando em vez de destruir a divisão social estabelecida do trabalho, da qual o próprio Estado pós-revolucionário - em virtude de seu papel estratégico - constitui a dimensão mais privilegiada. Aqui, podemos novamente observar que a controvertida questão dos "privilégios burocráticos" não é simplesmente um problema do pessoal envolvido, mas, acima de tudo, da conservação pelo Estado de funções "objetivamente privilegiadas" - isto é, estrategicamente vitais - no metabolismo social geral (Mészáros, 2004: 355).

Ou seja, Mészáros não só defende "mais estado", como ainda justifica e defende a existência de "privilégios", sob o pretexto de que o aparato estatal deve coordenar toda a sociedade, sendo o cume da hierarquia pseudo-socialista. Assim, a suposta divisão do trabalho é a fonte de legitimação do Estado burocrático do pseudo-socialismo de Mészáros.

A superação do tripé, no que se refere ao Estado, desapareceu. Mas como a motivação para a sua manutenção é o trabalho, este também permanece... Resta saber o caso do capital... Este também permanece, pois a tomada do poder político não abole o capital e sim o capitalismo... A superação do tripé é jogado para um futuro tão distante, que nem os mais de 80 anos da União Soviética devem chegar perto... Agora é hora de ver sua análise do "sistema soviético" sem soviéticos, que esclarece mais alguns pontos desta análise.

Sobre Mészáros e o "sistema soviético"

O filósofo discute a revolução russa e deve ser bem convincente para outros filósofos. Digo isto porque suas abstrações são tantas e ele dá tanta volta e nunca chega nas relações concretas, a não ser vagas citações de Lênin (que logo passam para Marx e Lukács). Depois de elucubrações como relação indivíduo-classe e muita citação de Marx e Lukács, ele chega ao ponto essencial de sua tese: "Na verdade, o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro abarca bastante mais que isto: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo"

(Mészáros, 2002: 1029). O capital é mais antigo que o capitalismo, ou seja, são coisas distintas e o primeiro é anterior ao capitalismo.

Ele continua:

O domínio do capital (...) prevalece assim durante uma parte significativa do período de transição, embora deva exibir características de uma tendência decrescente, para que a transição possa ter qualquer êxito (Mészáros, 2002: 1029).

Ele diz que a Rússia leninista-stalinista não é capitalista porque o capital monetário existe, afinal, até no feudalismo ele existiu... O autor não tem nada a ver com a concepção de Marx, pois o capital é categoria aplicável apenas ao capitalismo. Esta separação é sem sentido. De qualquer forma, ele entende capital por capital monetário, pelo menos nesta passagem, e daí diz que nas sociedades de transição, apenas a extração de mais-valia (que é justamente o que define o capitalismo e mostra a exploração capitalista) está presente na Rússia bolchevique, e diz que a produção não é para troca, a força de trabalho não é uma mercadoria, etc., que seriam características do capitalismo.

Sua definição do capitalismo por "características" é não-marxista, tal como as características elencadas e, além disso, não prova nada do que afirma, apenas afirma. Diz, por exemplo, que na Rússia bolchevique a força de trabalho não é mercadoria, é o quê, então, se o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário, se os próprios ideólogos destes sistemas dizem isso, etc.? Só porque o filósofo escreveu está escrito e é verdade? É uma "nova" miséria da filosofia!

Além de tudo Mészáros é profeta: "Sociedades pós-revolucionárias são também sociedades pós-capitalistas, no sentido de que suas estruturas objetivas efetivamente impedem a restauração do capitalismo" (Mészáros, 2002: 1030). Portanto, essa defesa da URSS, já que

afirma que é pós-capitalista, cai no erro de julgar que o capitalismo não pode retornar, sendo que hoje, sabemos que, usando a terminologia confusa de Mészáros, o capitalismo já retornou... Mészáros justifica a subordinação da sociedade civil ao Estado pós-revolucionário apelando para a existência da divisão social do trabalho e que pode ser agravado pelo atraso asiático e assim coloca, em evidência, de que se não chama a União Soviética de socialista, a chama de sociedade de transição ou pós-revolucionária, moldando assim um processo de justificação do capitalismo estatal.

O fenecimento do Estado só é possível, segundo o nosso filósofo, havendo fenecimento do capital e transcendência do trabalho e isso ocorre com a auto-administração dos produtores associados (isso faria os ingênuos acreditar que ele segue aqui Marx ou os conselhistas...), mas isto só pode ocorrer após um processo longo de transição, no qual o trabalho e o estado pós-capitalista vão realizando as bases para superação do sistema do capital, ou seja, Mészáros legitima, justifica os regimes capitalistas estatais, "pós-revolucionários", e sustenta sua necessidade, ou seja, é preciso uma transição, é preciso um poder estatal, para se chegar ao socialismo. É apenas um leninismo renovado e cuja base não é a análise das relações sociais concretas e sim uma filosofia metafísica marcada por um festival de citação e pseudo-análises de Marx e Lukács, principalmente.

Assim, diferindo formalmente e até criticando os trotskistas em detalhes analíticos sobre a URSS, ele chega a uma conclusão semelhante: a URSS é uma sociedade pós-capitalista (os trotskistas diriam "socialista" com deformações burocráticas ou "Estado operário com deformações burocráticas") e por isso deve evoluir e romper com o sistema do capital, e o caminho bolchevique não era totalmente equivocado, foram as

condições que dificultaram o processo e assim é preciso que as sociedades de transição fiquem atentas para a necessidade de superação do sistema do capital, ou seja, a concepção política bolchevique precisa apenas ser reformulada, assim como a URSS.

Essa posição é extremamente conservadora e equivocada, está no campo do bolchevismo, é um neoleninismo e nada mais, mais filosofante, mais abstrato, menos concreto. É mais um pseudomarxismo que deve ser superado.

A distinção entre capital e capitalismo é uma criação esdrúxula e ideológica que na verdade, ao invés de pensar que a superação do capitalismo não fique apenas na superfície, faz é justamente anular a visão de que o capitalismo permaneceu na Rússia e que o capital é uma categoria histórica e não a-histórica como coloca esse filósofo. A recusa do termo capitalismo de estado é uma forma sob-reptícia de defender este regime e confundir capitalismo com economia privada é desconhecer a obra de Marx e seus estudos sobre sociedade por ações, por exemplo. O capital virou um fetiche, algo diferente do capitalismo e assim justifica e legitima o capitalismo de estado e ainda coloca a necessidade de manutenção do Estado, pois este não é problema...

É preciso esclarecer, ao contrário do que alguns mal leitores pregam por aí, que não há nada em comum nas teses de Mészáros com a do conselhismo ou marxismo autogestionário e o problema da obra dele é que, além de equivocado, serve aos interesses da pseudo-esquerda à qual ele é representante. O leninismo envergonhado de hoje tenta disfarçar e é com a obra dele que tenta fazer isso e com os poucos ingênuos que caem nessa ideologia e seus objetivos contra-revolucionários. A proposta de Marx, dos comunistas conselhistas, dos autogestionários é a abolição do Estado,

do capital e trabalho assalariado. Aqui vemos a diferença radical entre a proposta de um "capitalismo reformado" ou estatizado e a proposta autêntica de comunismo ou autogestão social (Viana, 2008). Num caso, os elementos básicos do capitalismo permanecem e muda apenas quem está no poder estatal e algumas diferenças superficiais, formais e de rearticulação nas relações sociais e, no outro caso, abolição total do salariedade, propriedade privada, capital e Estado (Viana, 2008), tal como se encontra na obra de Marx e foi abandonada explicitamente por Mészáros. O curioso é que Mészáros critica Marx e regride enquanto que todos aqueles que querem a emancipação humana utilizam a experiência da contra-revolução

burocrática na Rússia para avançar e buscar mecanismos para evitar esse processo e ele faz justamente o contrário e, ainda, utilizando-se de textos e idéias pretensamente libertárias.

Concluindo, a concepção de socialismo de Mészáros é uma concepção neoleninista que, nos pontos básicos e retirando críticas superficiais, é uma reprodução um pouco reformada da concepção leninista. Com nova linguagem, ele defende a conquista do poder estatal, a manutenção do capital e do trabalho e sua divisão, ou seja, a manutenção do capitalismo sob sua forma estatal. Mészáros é, assim, o novo ideólogo do capitalismo estatal e nada mais do que isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MÉSZÁROS, István. **Revolução social e divisão do trabalho**. In: MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004, p. 327-357.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Rio: Boitempo, 2002.

NAKAMURA, E. Z. **Contribuição para a crítica da concepção de István Mészáros sobre a "ditadura do proletariado"**. Disponível em:

http://api.ning.com/files/y1AXCmiF9anPHLlw*4BJd3geaavsFK1B2610z*2Z7F0NNiOZgbUXNfajEXijjSAnSjG8RyeWhWM6NDv2Vbvqn8sT-dNk3VNU/CrticaaMeszrosSobreaDitaduradoProletariado.pdf

Acesso em 09/11/2009.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

O MARXISMO DE ROSA LUXEMBURGO

Nildo Viana

nildoviana@terra.com.br

O marxismo é uma corrente política e teórica que surgiu com a obra de Karl Marx e vem se desenvolvendo até os dias de hoje. Várias contribuições foram fornecidas a esta corrente durante o século 20 e dentre elas se destaca a de Rosa Luxemburgo.

Rosa Luxemburgo nasceu no ano em que ocorreu a primeira experiência autogestionária da história, ou seja, no ano em que foi proclamada a famosa Comuna de Paris pelos operários franceses (1871). Ela era natural da Polônia, e morreu em 1919, na Alemanha, assassinada pelos militares durante o governo social-democrata. A contribuição teórica de Rosa Luxemburgo ao marxismo é extensa e envolve várias questões, tais como a expansão do capitalismo mundial (Luxemburgo, 1983), a questão nacional (Luxemburgo, 1988), etc. Entretanto, foi nas suas polêmicas com a social-democracia (Kautsky, Bernstein) e com o bolchevismo (Lênin e Trótski) que Rosa Luxemburgo desenvolveu os aspectos mais importantes do seu pensamento. Contra a social-democracia enfatizou os limites históricos do capitalismo e contra o bolchevismo enfatizou a espontaneidade revolucionária da classe operária. Além disso, criticou em ambos o burocratismo.

Segundo Rosa Luxemburgo, as contradições do capitalismo provocariam sua destruição e é com este argumento que ela derruba a tese social-democrata de “reformular” o capitalismo ao invés de aboli-lo (Luxemburgo, 1983; Luxemburgo, 1986). Entretanto, a forma como ela via a derrocada do modo de produção capitalista apresentava algumas deficiências, embora a sua análise

esclareça aspectos parciais da contradição do capitalismo. Na verdade, ao enfatizar a questão da reprodução do capitalismo, ela deixou de lado a questão da produção e das contradições inerentes a esta e é justamente aí que se encontra o “calcanhar de Aquiles” do capitalismo, a chamada “composição orgânica do capital” (Marx, 1988).

O mais importante da contribuição de Rosa Luxemburgo ao marxismo foi produzido na sua polêmica com Lênin. Rosa Luxemburgo criticou duramente a concepção leninista de partido político. Para Lênin, a classe trabalhadora só se libertaria quando tivesse um partido político centralizado que lhe dirigisse. Para Rosa Luxemburgo, retomando as teses de Marx, a “emancipação da classe operária é obra da própria classe operária” e por isto nenhum centralismo ou burocratismo devem ser aceitos. Para ela, o movimento socialista é o próprio movimento da classe operária e portanto deve haver uma subordinação das organizações políticas à classe trabalhadora. Assim, ela disse que:

“O único ‘sujeito’ ao qual corresponde hoje o papel de dirigente é o eu coletivo da classe operária, que reclama resolutamente o direito de cometer ela mesma os equívocos e de aprender por si só a dialética da história” (Luxemburgo, 1985, p. 39-40).

Ora, se Rosa Luxemburgo defende a tese da derrocada inevitável do capitalismo, então qual é a razão da defesa da “espontaneidade revolucionária do proletariado”? Para os seus críticos, era o seu “catastrofismo” (a queda inevitável de capitalismo) que gerava sua teoria da espontaneidade. Entretanto, esta explicação não se sustenta, pois o

“catastrofismo” não leva, necessariamente, ao “espontaneísmo” e o italiano Amadeo Bordiga é um bom exemplo oposto, já que ele acreditava na inevitabilidade da “crise final do capitalismo”, mas defendia a tese de que era necessário um partido político centralizado para dirigir a classe operária.

A defesa da espontaneidade por Rosa Luxemburgo tem outra motivação: a derrocada do capitalismo é inevitável mas nada garante que o resultado desta queda seja o socialismo. Daí sua palavra de ordem: “socialismo ou barbárie”. Portanto, para além da concepção do fim do capitalismo é necessário enxergar a gênese do socialismo. A teoria da espontaneidade revolucionária do proletariado surge da compreensão de que o socialismo é produto da luta operária e é compreendendo esta que se pode elaborar uma prática política consciente voltada para a realização dos objetivos propostos.

Rosa Luxemburgo realizou um esforço fundamental para compreender a luta operária e foi graças a isto que ela pode retomar a “tese anarquista” da greve de massas como fundamento da estratégia socialista (Luxemburgo, 1977; Guérin, 1982). Se é no movimento real dos trabalhadores que se descobre a forma de sua emancipação, então é através da experiência histórica do proletariado que se pode reconhecer como isto ocorrerá. A eclosão das greves de massas na Europa e Rússia no início do século possibilitou a Rosa Luxemburgo visualizar a forma de produção da sociedade socialista.

Outro elemento importante do pensamento de Rosa Luxemburgo é a sua crítica ao burocratismo (Tragtenberg, 1991). Ela critica o parlamentarismo burguês, pois ele é uma das fontes de corrupção do movimento socialista, assim como o centralismo blanquista-jacobino proposto por Lênin, que submete a classe trabalhadora ao domínio

da burocracia partidária (que, assumindo o poder estatal, desempenha o mesmo papel que a classe capitalista, tal como aconteceu na Rússia) e os perigos disto Rosa Luxemburgo já havia observado em seu texto de crítica ao golpe de estado dos bolcheviques na Rússia (Luxemburgo, 1991).

Em síntese, a obra de Rosa Luxemburgo, apesar de algumas ambigüidades e problemas não resolvidos, encerra um capítulo fundamental da história do marxismo. Tal como colocou Oskar Negt:

“Como quer que queiramos definir as formas de organização que se orientam para a autogestão, a autodeterminação e o controle, a democracia dos conselhos operários, elas são, em toda a sua multiplicidade, formas de emancipação dos oprimidos, dos explorados e dos deserdados desse mundo, características de todo um período histórico (...). Deste ponto de vista, Rosa Luxemburg formulou um programa histórico que permanece atual até os dias de hoje.(...). Todavia, se é evidente que nem um ordenamento social hoje existente está organizado segundo a idéia originária dos conselhos, esta idéia não perdeu seu poderoso fascínio, não evidentemente porque pequenos grupos de utópicos, que ignoram as leis objetivas da sociedade industrial, continuam a propagandear-la: a idéia de autogestão por meio dos conselhos ganha terreno quando os sistemas de poder político oficiais trazem em si o germe da ruína, quando as burocracias de partido ou os órgãos representativos do estado burguês, que se tornaram autônomos, não estão mais em condições [podemos perguntar: algum dia estiveram? — NV] de exprimir os interesses elementares da grande maioria do povo” (Negt, 1986, p. 36-37).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUÉRIN, Daniel. **Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária**. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação de Capital*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- LUXEMBURG, Rosa. **A Questão Nacional e a Autonomia**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- LUXEMBURG, Rosa. **Greve de Massas, Partidos e Sindicatos**. in: *Textos escolhidos*. Lisboa, Estampa, 1977.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis, Vozes, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Questões de Organização da Social-democracia Russa**. in: LUXEMBURGO, Rosa & LÊNIN, Wladimir. **Partidos de Massas ou Partido de Vanguarda**. São Paulo, Nova Stella, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital**. 5 vols. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- NEGT, Oskar. **Rosa Luxemburg e a Renovação do marxismo**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Rosa Luxemburgo e a Crítica aos Fenômenos Burocráticos**. in: LOUREIRO, Izabel & VIGEVANI, Túlio. (orgs.). **Rosa Luxemburg: A Recusa da Alienação**. S. Paulo, UNESP, 1991.

Este artigo foi publicado originalmente no Jornal Opção, em 1994.

A IDEOLOGIA MARXISTA NA RÚSSIA

Karl Korsch

"O comunismo não é para nós nem um Estado que deva ser criado, nem um ideal sobre o qual a realidade deva ser regulada. Chamamos comunismo ao movimento real que suprime as condições existentes" (1).

Karl Marx

Abordamos aqui um dos exemplos mais típicos do desnível notável que, sob uma forma ou outra, se observa em todas as fases do desenvolvimento histórico do marxismo. Pode-se defini-lo como a contradição entre a ideologia marxista e o movimento histórico real que, numa dada época, se esconde detrás desta fachada ideológica.

Faz agora quase um século que um censor foi especialmente delegado por Berlim para substituir as autoridades locais de Colônia na dedicada missão de varrer o jornal "ultra-democrático" publicado por um jovem de 24 anos, chamado Karl Marx. Esse censor declarou ao governo prussiano que daí em diante podia com toda a tranqüilidade autorizar o reaparecimento do *Rheinische Zeitung*, dado que a "individualidade grisalha de todo o negócio, o doutor Marx" tinha definitivamente deixado o seu trabalho, e que não existia nenhum sucessor capaz de manter o tom "de insuportável arrogância" adotado pelo jornal ou continuar a sua política com a mesma determinação. Contudo, esse conselho não foi seguido pelas autoridades prussianas, submetidas nesse domínio, como se provou mais tarde às diretivas do *Czar* russo Nicolau I. O seu vice-chanceler, o conde Nesselro acabava precisamente de ameaçar o embaixador prussiano em Moscou de revelar a Sua Majestade Imperial "os ataques

infamantes de que o Gabinete russo tinha sido recentemente objeto no *Rheinische Zeitung* de Colônia". Isto passava-se na Prússia, em 1843.

Três décadas mais tarde, a censura da Rússia czarista autorizava a publicação, na Rússia, da obra de Marx - *O Capital* - na sua primeira tradução. A decisão era justificada por este argumento inestimável: "Se bem que as convicções do autor sejam exclusivamente socialistas, e que o livro seja inteira e completamente de natureza socialista, contudo, a sua concepção não faz dele seguramente um livro acessível a todos; além disso, o seu estilo é estritamente matemático e científico; assim, o comitê declara o livro livre de toda a perseguição".

Esse regime czarista, tão pronto a censurar mesmo o mais insignificante insulto proferido num país europeu contra a supremacia russa, e, ao mesmo tempo, tão inconsciente da ameaça que representava a análise científica feita por Marx do mundo capitalista, nunca foi na realidade abalado pelos vigorosos ataques que Marx lançou posteriormente contra "os vastos abusos, nunca contraditados, desse poder bárbaro cuja cabeça está em São Petersburgo e as mãos em cada gabinete da Europa". E, contudo, ele devera sucumbir a essa mesma ameaça, aparentemente tão longínqua, que esse Cavalo de Tróia

tinha introduzido no coração do Santo Império. O regime czarista foi derrubado finalmente pela massa dos operários russos cuja elite tinha aprendido a lição revolucionária em *O Capital* - essa obra "matemática e científica" de um pensador solitário.

Inversamente à Europa ocidental, onde a teoria marxista apareceu na época do declínio da revolução burguesa e se afirmava como expressão de uma tendência real visando ultrapassar os objetivos do movimento revolucionário burguês - a tendência representada pela classe proletária - pelo contrário, na Rússia, o marxismo apenas foi, desde o início, um écran ideológico atrás do qual se escondia na prática a luta pelo desenvolvimento capitalista num país pré-capitalista.

Com este objetivo, toda a "intelligentsia" progressista adotou, avidamente, o marxismo como a última palavra de ordem da Europa. Mas a sociedade burguesa, que tinha atingido na Europa ocidental o seu pleno desenvolvimento, estava aqui ainda nas dores de parto. E, contudo, mesmo neste terreno virgem, o princípio burguês já não podia retomar as ilusões e as auto-ilusões, aliás desgastadas, graças às quais se mascarou o conteúdo estritamente burguês das suas lutas na época heróica do seu primeiro desenvolvimento no Ocidente, e que lhe tinham permitido manter as suas paixões ao nível de grandes acontecimentos históricos. Para penetrar no Leste, era-lhe necessário nova pele ideológica. E a doutrina marxista, emprestada ao Ocidente, parecia precisamente mais apta a prestar este importante serviço ao desenvolvimento burguês na Rússia. Face a isto, o marxismo era de longe superior à doutrina russa dos revolucionários "narodniki" (populista). Ao contrário destes últimos que partiam do princípio de que o capitalismo, tal como existia nos países "pagãos" do Ocidente, era

inconcebível na Rússia, o marxismo, devido à sua própria raiz histórica, propunha o complemento da civilização capitalista como uma etapa histórica indispensável no processo que conduziria a uma sociedade verdadeiramente socialista. E contudo, antes de prestar à sociedade burguesa russa tais serviços ideológicos, a doutrina marxista necessitava de algumas modificações, mesmo no seu conteúdo puramente teórico. Eis a razão fundamental das enormes concessões teóricas, de outro modo inexplicáveis, feitas nos anos 70 e 80 por Marx e Engels às idéias sustentadas então pelos populistas russos, cuja doutrina era essencialmente irreconciliável com a sua própria teoria. A expressão final mais concreta dessas concessões encontra-se na famosa declaração do prefácio à tradução russa do Manifesto Comunista (1882).

"O Manifesto Comunista tinha como tarefa proclamar o desaparecimento inevitável e iminente da propriedade burguesa moderna. Na Rússia, contudo, a par do "bluff" capitalista em pleno desenvolvimento, vemos que mais de metade do solo é a propriedade comum dos camponeses. Então, a questão põe-se: a "obchtchina" russa, forma arcaica de propriedade comum do solo, poderá, uma vez já fortemente abalada, passar diretamente à forma superior, à forma comunista da propriedade coletiva? Ou, pelo contrário, deverá percorrer antes o mesmo processo de dissolução que caracteriza o desenvolvimento histórico do Ocidente? "Eis a única resposta que se pode dar presentemente a essa pergunta: se a revolução russa der o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, e que ambas se complementarem, a atual propriedade coletiva da Rússia poderá servir como ponto de partida para uma evolução comunista (2)".

Nestas frases, como em muitas outras declarações semelhantes que figuram na correspondência de Marx -

Engels - nas cartas ao escritor populista russo *Nikolai-on* (3), na carta a Vera Zassoulitch (4) e na resposta de Marx à interpretação fatalista feita pelo crítico russo Mikhailovski (5) da sua teoria das etapas históricas necessárias -, pode-se ler por antecipação toda a evolução ulterior do marxismo russo, e, logo também, ver cavar-se sempre mais o fosso entre a sua ideologia e o conteúdo real do movimento. É verdade que para Marx e Engels, a passagem direta de um estágio semi-patriarcal e feudal a uma sociedade socialista supunha - era uma reserva prudente - uma revolução operária no Ocidente, condição necessária para a emergência das tendências socialistas virtuais de uma sociedade pré-capitalista. A mesma reserva foi retomada mais tarde por Lênin. É também verdade que esta condição nunca preenchida (nem na época, nem após 1917) e que, pelo contrário, a comunidade camponesa russa a quem Marx, tão tarde como 1882, tinha devolvido uma função futura tão considerável, foi pouco depois completamente eliminada (6).

Contudo, mesmo *slogans* aparentemente tão anti-marxista como a recente "teoria" stalinista sobre a construção do socialismo num único país, utilizando o marxismo como cobertura ideológica de uma evolução cuja natureza real é capitalista, podem inegavelmente referir-se, não somente ao precedente criado pelo marxismo ortodoxo de Lênin, mas mesmo a Marx e Engels em pessoas. Eles também estavam dispostos, em certas condições históricas, a remodelar a sua teoria "marxista" crítico-materialista em simples ornamento ideológico de um movimento revolucionário que, se se proclamava socialista nos seus fins últimos, estava no seu processo real inegavelmente submetido a toda a espécie de limitações burguesas. A única diferença, e não é pequena, é que Marx, Engels e Lênin agiam assim a fim de

impulsionar o futuro movimento revolucionário, enquanto que Stalin utiliza exclusivamente a ideologia "marxista" como meio para defender um *status quo* não socialista e como arma contra qualquer tendência revolucionária.

É assim que se retoca, em vida de Marx e Engels e com a sua colaboração ativa e consciente, essa substituição da função específica pela qual o marxismo, adotado como uma doutrina absolutamente feita pelos revolucionários russos, deixou de ser a ferramenta teórica de uma revolução socialista proletária para se tornar posteriormente no simples disfarce ideológico de uma evolução capitalista burguesa. Como já vimos, essa modificação de função pressunha, à partida, uma certa transformação da própria doutrina, que nesse caso foi realizada pela fusão e interpretação da doutrina populista tradicional e elementos ideológicos marxistas recentemente adotados. Esta transformação da sua teoria, admitida na origem por Marx e Engels unicamente como etapa transitória, que ultrapassaria a iminente "revolução operária no Ocidente", mostrou-se bem cedo apenas ter sido o primeiro passo para a transformação definitiva da sua teoria marxista revolucionária num simples mito revolucionário. O qual, mesmo se podia servir de estímulo nos primeiros estádios de uma revolução nascente, devia conduzir inevitavelmente a travar o desenvolvimento real de revolução, em lugar de a acelerar.

É interessante observar como esse processo de adaptação ideológica da doutrina marxista se desenrolou ao longo das décadas seguintes no quadro das diversas escolas de revolucionários russos. Se se estudar de perto as violentas controvérsias sobre a perspectiva de um desenvolvimento capitalista na Rússia, as quais animaram os círculos confidenciais dos marxistas russos no exílio e na Rússia, desde os anos 90 até ao fim da

guerra, - controvérsias cuja expressão teórica mais acabada se encontra na principal obra econômica de Lênin *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* - pode-se, à luz desse estudo, afirmar sem exagero que o conteúdo real da teoria marxista original, enquanto que expressão teórica socialista, tinha desaparecido do debate.

É indiscutivelmente verdade que pretensos "marxistas legais", na sua exposição "científica" do aspecto objetivo da doutrina marxista, se gabavam de manter uma "pureza" particularmente inalterada, mas que compensavam largamente essa rigidez doutrinária renunciando a toda a aplicação prática dos princípios marxistas susceptíveis de ultrapassar em objetivos estritamente burgueses. A teoria revolucionária marxista no seu conjunto já não estava representada por essas outras correntes que, na época, procuravam combinar, sob uma forma ou outra, a necessidade de uma etapa transitória do desenvolvimento capitalista na Rússia com o combate antecipado contra as condições sociais futuras que esse desenvolvimento devia criar. A essa corrente pertence o escritor populista erudito já mencionado Nikolai-on, tradutor russo de *O Capital*, que no início dos anos 90, sob a influência direta da doutrina marxista, abandonou a convicção populista ortodoxa respeitante à impossibilidade absoluta do capitalismo na Rússia para adotar a teoria inspirada do marxismo da impossibilidade de um desenvolvimento capitalista orgânico normal na Rússia. A essa corrente pertence igualmente o adversário materialista veemente do idealismo populista, o marxista ortodoxo Lênin e os seus partidários, que, ulteriormente, depois da sua ruptura com os "mencheviques" ocidentalizados, se proclamaram os únicos herdeiros autênticos, na teoria como na prática, da integridade do conteúdo revolucionário

da teoria marxista, tal como a restituía a doutrina do marxismo bolchevique.

Quando analisamos retrospectivamente as ardentes controvérsias teóricas deste período, constatamos uma relação manifesta entre, por um lado, a teoria populista da "impossibilidade de um desenvolvimento capitalista orgânico normal na Rússia" (defendida pelo "narodnik" marxista Nikolai-on e combatida na época pelos marxistas de todos os gêneros, "legais" e "revolucionários", os mencheviques e os bolcheviques) e, por outro, as duas teorias rivais: "stalinismo" no poder e "trotskismo" na oposição, que numa fase recente da evolução russa, se defrontaram. Muito paradoxalmente, a teoria "nacional-socialista" stalinista dominante sobre a possibilidade da construção do socialismo num só país, tal como a tese "internacionalista", aparentemente diametralmente oposta, elaborada por Trotsky a propósito da inevitabilidade da revolução "permanente" - quer dizer, de uma revolução ultrapassando os objetivos revolucionários burgueses simultaneamente ao escalão russo e europeu (ou mundial) - essas teses assentam ambas na ideologia comum da crença "neo-narodnik" na ausência ou impossibilidade de um desenvolvimento capitalista "normal e orgânico" na Rússia. Trotsky e Stalin assentam as suas versões da ideologia marxista na autoridade de Lenine. Efetivamente, mesmo o mais ortodoxo de entre os marxistas ortodoxos, que, antes de Outubro de 1917, tinha combatido asperamente ao mesmo tempo o *narodnikismo* de Nikolai-on e a teoria de Parvus-Trotsky sobre a "revolução permanente", que depois de Outubro, se opôs com a mesma coerência à corrente geral glorificando as realizações menores do que se chamou mais tarde o "comunismo de guerra" dos anos 1918-1920 - Lênin - abandonou por fim essa luta sem quartel a favor do

realismo crítico-revolucionário para sustentar, ao encontro das condições objetivas reais, o conceito neo-populista de um socialismo russo original. Esses mesmos que tinham combatido a tendência inicial da idealização socialista e que, quando da proclamação da NEP, em 1921, tinham ainda declarado sobriamente que "esta nova política econômica do Estado operário e camponês" era uma regressão necessária em relação às tentativas mais avançadas do comunismo de guerra, esses mesmos descobriram em algumas semanas a natureza socialista do capitalismo de Estado e de uma economia que continuava essencialmente burguesa, a despeito de uma ligeira tintura cooperativa. Assim, não foi o epígono leninista Stalin, mas o marxista ortodoxo Lênin que no momento crucial histórico em que as tendências práticas da revolução russa, até aí indecisas, se encontravam orientadas "bem e por muito tempo" para a restauração de uma economia não socialista, acrescentou então a esta restrição final dos objetivos práticos da revolução o que ele pensava ser um complemento ideológico indispensável. Foi o marxista ortodoxo Lênin que, em contradição com todas as suas declarações anteriores, criou o primeiro novo mito marxista de um socialismo inerente ao Estado soviético e, conseqüentemente, da possibilidade assim garantida de realizar integralmente a sociedade socialista na Rússia soviética isolada.

Esta degenerescência da doutrina marxista, que faz dela a simples justificação ideológica de um Estado na realidade capitalista e, portanto, inevitavelmente, de um Estado baseado na supressão do movimento revolucionário do proletariado, encerrou o primeiro período da história da ideologia marxista na Rússia. Único período, aliás, em que a revolução do marxismo na Rússia parece apresentar

um caráter autônomo. Contudo, é preciso assinalar que de um ponto de vista mais global, a despeito das aparências e numerosas dificuldades resultantes das condições específicas a cada país, a evolução histórica do marxismo russo (compreendendo as suas últimas etapas leninista e stalinista), é fundamentalmente semelhante à do marxismo dito "ocidental" (ou social-democrata) do qual foi, e continua a ser, parte integrante. A Rússia nunca foi essa nação santa e excepcional com que sonhavam os pan-eslavos, tal como o bolchevismo nunca foi, como o pretendiam os marxistas considerados mais refinados da Inglaterra, França e Alemanha, uma versão grosseira de um marxismo adaptado às condições primitivas do regime czarista. Do mesmo modo, a atual degenerescência burguesa do marxismo na Rússia é fundamentalmente semelhante à degenerescência que afeta progressivamente as diversas correntes do marxismo "ocidental" durante a guerra, após-guerra e nazismo.

O "nacional-socialismo" de Herr Hitler e o "Estado corporativo" de Mussolini rivalizam com o "marxismo" de Stalin para doutrinar os cérebros dos seus operários através de uma ideologia pseudo-socialista, não contentes de terem o controle sobre a sua existência física e social. Do mesmo modo, o regime "democrático" de um governo de Frente Popular presidido pelo "marxista" Léon Blum ou, também, pelo próprio M. Chautemps, não difere essencialmente do atual Estado soviético, senão pela utilização menos eficaz da ideologia marxista.

Menos que nunca, o marxismo serve hoje como arma teórica numa luta autônoma do proletariado, para e por o proletariado. Todos os pretensos partidos "marxistas" estão agora muito mais interessados, tanto na sua teoria como sua prática real, na via da colaboração.

Reduzidos à função de "sacristãos" dos dirigentes burgueses, apenas podem ajudar modestamente a resolver o que o "marxista" americano L. B. Boudin definia ainda recentemente como "o

maior problema do marxismo - a nossa posição em relação às lutas internas da sociedade capitalista".

NOTAS

- (1) A Ideologia Alemã, ed. Presença, Porto, 1975. (NTP).
- (2) Karl Marx, Oeuvres, Bibliothèque de la Pléiade, t. 1, p. 1483. (N.T.F.)
- (3) in "Lettres sur le Capital", Éditions sociales, Paris, 1964. Nikolai-on é o pseudônimo de Nikolai Danielson (1844-1918), tradutor do Capital em língua russa. (N.T.F.).
- (4) Karl Marx, Oeuvres, Bibliothèque de la Pléiade, t. 2, p. 1557, e sg. Esta carta data de 1881. (NTF).
- (5) Id., p. 1552. (NTF).
- (6) Ver-se-á Engels tomar em consideração esta falha nas suas cartas a Danielson, escritas no princípio dos anos 90. In "Cartas sobre o Capital" op. Cit. E "Escritos sobre o czarismo e a Comuna russa". Cahiers do ISEA, n.º 7, Julho de 1969. (NTF).

Publicado originalmente em *Living Marxism*, Vol. 4, nº1 Fevereiro de 1938.